

O QUE É CAPITAL

(Versão atualizada - abril 2003)

INDICE

Nota introdutória

Formação do capital

Acumulação do capital

Quem cria o excedente?

A apropriação do excedente

Concentração e globalização do capital

Globalização e desequilíbrio dinâmico do capital

O capital global: novas tendências

Indicações para leitura

NOTA INTRODUTÓRIA

Escrever sobre o capital pode parecer pretensioso. Qualquer economista conhece a complexidade do conceito. No entanto, qualquer pessoa fala em "capital" ainda que se refira a realidades diferentes ou mal compreendidas. Vale a pena pôr um pouco de ordem nos sentidos que a palavra pode ter, e explicar de forma simples as realidades que ela recobre, ainda que não se esgote a complexidade do assunto.

E o que é capital? Frente aos excelentes mas volumosos estudos de Karl Marx, ou às elucubrações econométricas norte americanas, muita gente que fala diariamente em capital hesita em empreender o seu estudo, e se contenta com a vaga noção de que se trata de assuntos de dinheiro.

Na realidade, uma vez analisados os diversos sentidos que se dá ao termo, e em particular as determinações do processo de acumulação de capital, desvendam-se muitos problemas que são, afinal, bastante simples.

A confusão inicial tem suas razões: grande parte da complicação vem dos malabarismos teóricos que minorias privilegiadas usam para justificar a sua apropriação do capital. Já viram intermediário financeiro explicando os seus lucros?

A nossa ambição aqui é tomar simplesmente as formas que o capital assume, estudar a sua transformação, ver quem o cria, quem dele se apropria e com que fins. Nesta edição revista e atualizada, acrescentamos algumas páginas sobre as transformações recentes do mercado e do planejamento.

Uma nota bibliográfica no fim deste pequeno trabalho orientará o leitor sobre passos seguintes a seguir. A recomendação não é formal: guardo a convicção de que o estudo da acumulação do capital constitui a forma mais fácil e mais rica de se penetrar nos problemas econômicos em geral.

FORMAÇÃO DO CAPITAL

A noção de capital é familiar e de uso generalizado, mas de difícil definição. Antes de tudo, portanto, é necessário esclarecer o próprio conceito de capital.

O conceito mais próximo é o de "riqueza". De forma geral, o objetivo explícito de quem maneja capitais num sistema capitalista é tornar-se rico. No entanto, a riqueza não significa a mesma coisa para o indivíduo e para o país. Tomemos o exemplo de uma pessoa que comprou uma casa a baixo preço, prevendo que a área em que se situa a casa irá sofrer valorização geral. Depois de seis meses a mesma pessoa revende a casa, digamos, pelo dobro do preço. É indiscutível que esta pessoa enriqueceu. Mas do ponto de vista do país, da economia como um todo, houve alguma modificação? É óbvio que não, pois o interessado não construiu nada, não aumentou o patrimônio de riqueza da sociedade.

Inversamente, podemos conceber - e os exemplos são muitos - uma pessoa que empatou o seu dinheiro para construir um prédio, e por uma série de razões acabou perdendo dinheiro, não conseguindo recuperar o investimento inicial. No entanto, o prédio está aí, e várias famílias poderão viver nos apartamentos construídos. O indivíduo perdeu, a sociedade ganhou.

É preciso distinguir, em consequência, o problema a nível do indivíduo, e o problema a nível da sociedade. Quando um enriquece à custa de outro, através de especulações comerciais, jogo sobre os preços, venda de ações, etc., há uma simples transferência de riqueza, perdendo um o que ganhou o outro, sendo neutro o resultado para o país.

Este tipo de movimento, de aplicações e especulação financeira, pode ser muito importante. No caso da Tailândia, por exemplo, Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de economia, explica como se depeña um país: um especulador de Wall Street pede um empréstimo na Tailândia, em moeda local. Como se trata de uma grande financeira americana, os bancos locais ficam encantados. De posse de bilhões em moeda local, o especulador passa a comprar dólar no mercado local, sabendo que as reservas do país são limitadas. O dólar sobe rapidamente, pois outros agentes econômicos locais, assustados, passam a comprar dólar também. Com pouco tempo, o dólar duplica de valor, o especulador revende dólares suficientes para saldar a dívida com os bancos locais, e leva para casa 400 milhões de dólares para cada bilhão empatado. Ganhou um rio de dinheiro, não produziu nada - pelo contrário desorganizou uma economia, empobreceu os poupadores de uma país já pobre. O mesmo mecanismo foi utilizado na Argentina pelo especulador americano El-Erian, e em numerosos outros países.

Os especuladores gostam de chamar o que fazem de "investimento", quando na realidade se trata de aplicações financeiras, e gostam de falar do seu "capital", quando se trata de movimentos especulativos. O que nos interessa predominantemente aqui, é claro, não é o movimento especulativo de dinheiro, e sim o movimento de recursos econômicos reais, que resultam em prédios, represas, produção, escolas: interessa-nos justamente o capital, o processo de enriquecimento de uma sociedade. Encher o bolso deixando outra pessoa mais pobre constitui um mecanismo importante, é o mundo dos espertos. Investir o dinheiro de maneira a aumentar o volume de bens disponíveis é mais importante, é o mundo dos inteligentes. A sociedade avança quando se usa os recursos sociais de maneira inteligente. A imagem que se utiliza, é que a maré levanta todos os barcos.

A distinção destes dois níveis - as transferências entre indivíduos e o enriquecimento social - nos permite assim ver com mais clareza a distinção entre dinheiro e riqueza.

Para o indivíduo, ter dinheiro significa ser rico, pois pode trocar o seu dinheiro por produtos, bens e serviços que são da sua utilidade real, que lhe proporcionam satisfação. Para o país, no entanto, o dinheiro é papel, e podemos imprimir milhares de toneladas de papel com números inscritos, chamado dinheiro, e nem por isso a população viverá melhor, terá melhores casas, melhor saúde, melhor alimentação. Porque estas dependem da construção de casas, da existência de boas universidades para formar os médicos, enfim, de um processo muito concreto e trabalhoso de produção de bens e serviços.

Em outros termos, é necessário ter presente que riqueza, do ponto de vista social, não é constituída por papel-moeda, nem cheques, nem ações, nem títulos: estes são meros instrumentos de transferência de bens e serviços de uma mão para outra. Levam a riqueza a mudar de mãos, mas não criam riqueza nenhuma.

Ou seja, não há técnicas nem milagres monetários que façam um país enriquecer e a sua população viver melhor, se não aumentar a sua produção. Riqueza, em termos sociais, é capacidade de produção de bens e serviços.

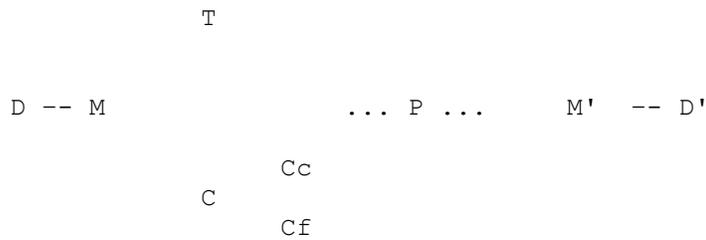
Para entender o que é o capital, portanto, devemos partir do processo de produção.

Partiremos do exemplo mais simples, que pode ser aplicado ao pequeno ou grande empresário, ou ainda ao agricultor que abriu uma roça. Digamos que uma pessoa qualquer decida lançar-se na produção de sapatos, tendo como ponto de partida dinheiro próprio. Com este dinheiro, ela vai comprar um conjunto de bens e serviços que lhe permitirão lançar a produção. Trata-se de três qualidades de "mercadorias":

- a mão-de-obra, para fazer a fábrica trabalhar;
- a matéria-prima (couro, pregos, cola, etc.) e a energia necessários para fazer os sapatos;
- o equipamento (máquinas, prédio, etc.) que a mão-de-obra utilizará, para transformar a matéria-prima.

São os três componentes básicos do processo de produção. Com efeito, estão presentes em qualquer setor: para produzir pregos, é preciso contratar um trabalhador, que utilizará máquinas, para transformar o metal. Para produzir arroz, é preciso o agricultor, que utiliza a enxada, ou o trator, para tornar produtiva a semente. Para formar pessoas, precisamos de um professor, de livros, e de uma sala de aula.

Esta composição de elementos pode ser apresentada como segue:



D - Dinheiro inicial

M - Mercadoria (capital produtivo)

T - Trabalho

C - Capital constante

Cc - Capital circulante (matérias prima, energia ...)

Cf - Capital fixo (máquinas, instalações ...)

P - Processo produtivo

M' - Mercadoria final (capital-mercadoria)

D' - Dinheiro obtido como resultado da venda da mercadoria.

O esquema, se bem que complicado à primeira vista, é simples e permite entender bem o processo. Temos o ponto de partida D, ou seja, o dinheiro, também chamado, quando aplicado produtivamente, de capital-dinheiro. Na segunda etapa, temos M, mercadoria produtiva, também chamada de capital produtivo, que se subdivide em duas partes: a primeira, indicada por T, é a mão-de-obra, a quantidade de força de trabalho que utilizamos no processo de produção. A segunda parte de M é o capital constante C, que representa o conjunto de despesas que não são com a mão-de-obra. Assim, dividiremos C em duas grandes partes: uma (Cc) corresponde ao capital circulante - como o couro, a energia elétrica, os pregos, etc., utilizados para produzir o sapato. Esta parte é chamada de capital circulante na medida em que entra apenas uma vez no processo de produção: o couro que se empregou no sapato está incorporado ao sapato, não se utiliza mais, o mesmo acontecendo com a energia elétrica gasta no processo.

Ao contrário, a segunda parte (Cf), correspondendo ao capital fixo, entra muitas vezes no processo de produção e só será substituída quando gastar: é o caso da máquina, que resiste à produção de milhares de sapatos, ou da enxada, que servir para várias safras, enquanto o couro, ou a semente, só entram no processo uma vez.

A junção destes três elementos, o trabalho, o capital fixo e o capital circulante, permite um processo de produção, que indicamos no esquema por ... P....

O resultado deste processo ... P ... é, naturalmente, um novo produto, uma mercadoria que incorpora o valor dos diversos elementos postos dentro dela - trabalho, matéria-prima, desgaste de máquinas - mas que constitui uma realidade nova, o sapato. Esta nova forma de existência do capital, que indicamos por M', é também chamada de capital-mercadoria.

Qual deles é capital, o dinheiro inicial, o capital-produtivo ou o capital-mercadoria obtido na fase final do ciclo? Os três, naturalmente, são capital no sentido econômico, na medida em que estão inseridos num ciclo de valorização, num ciclo chamado de reprodução de capital.

Este esquema, por simples e tradicional que seja na literatura econômica geral, permite colocar com clareza algumas relações básicas da economia.

Assim, por exemplo, o D, dinheiro inicial: de onde veio? É a poupança de um pequeno agricultor que agora pode semear uma área maior, ou é o dinheiro que um empresário pediu emprestado num banco onde o público o depositou, ou ainda o resultado de um subsídio do governo, ou uma composição de vários elementos? Coloca-se aqui todo o problema do capital inicial, do acesso ao dinheiro que permite a alguns indivíduos comprar capital produtivo, e tornarem-se capitalistas.

No nível da força de trabalho, coloca-se o problema do trabalhador dentro do processo produtivo. O valor de T por hora de trabalho será maior ou menor segundo o nível salarial, por sua vez ligado ao grau de organização sindical dos trabalhadores, à capacidade de pressão dos proprietários dos meios de produção, e ao nível de produtividade. É desta relação que vai resultar, por exemplo, a queda da parte dos salários no Brasil, de 45% do Pib em 1990, para 37% em 2000.

Quanto ao capital constante, coloca-se todo o problema da escolha dos investimentos a realizar: o que será preferível, utilizar um trabalhador com um trator (mais unidades de C e menos unidades de T), ou, pelo contrário, utilizar 10 trabalhadores com uma enxada cada um (mais gastos em T, menos gastos em C)? A compreensão desta relação, T/C, é fundamental para se entender o desenvolvimento de uma economia: trata-se da "composição orgânica do capital". O estudo da relação permite abordar problemas concretos: por exemplo, na Suíça, atualmente, o custo de um posto de trabalho industrial é da ordem de 150.000 dólares. Ou seja, para abrir um emprego na indústria, no nível atual de equipamento do setor, o gasto em C ser de cerca de 150.000 dólares. Um esquema de industrialização deste gênero é viável para um país pobre? Será possível abrir empregos para a população de um país subdesenvolvido com este investimento em capital constante por trabalhador? A África do Sul pós-apartheid, por exemplo, decidiu diferenciar áreas de ponta, onde o investimento tecnológico deve ser pesado - por exemplo na indústria automobilística - e áreas que podem ser mais intensivas em mão-de-obra, como a agricultura alimentar, a saúde e da educação.

Da relação entre C e T, e em particular da proporção de cada um no processo de produção, decorre outra linha de estudo importante para a acumulação de capital: no caso de um trabalhador utilizar um trator, a escala de produção deve ser suficiente para cobrir o investimento fixo importante que constitui o trator. No caso de dez trabalhadores com enxada, o empregador pode reduzir a escala de produção sem perdas, pois basta recorrer a menos trabalhadores, já que o investimento fixo é limitado. O resultado é que, em países pobres, ou muito pequenos, fica difícil produzir para o mercado interno com uma composição orgânica do capital elevada, o que exclui do processo de industrialização destes países uma série de setores industriais com composição particularmente elevada.

No quadro do processo de produção ...P... estuda-se o conjunto de relações técnicas e de organização da produção, bem como a inovação tecnológica.

Enfim, ponto importante, o capital-mercadoria obtido, M' , deverá ser novamente transformado em dinheiro para que o ciclo de produção possa recomeçar. Isto significa que o produto deve ser vendido a preços que permitam, no mínimo, a recuperação do capital inicialmente empatado. Esta transformação final do capital-mercadoria em capital-dinheiro, de M' em D' , coloca o conjunto de problemas ligados à chamada "realização" do produto, à sua venda: problema da super-produção ou do subconsumo, problema da adequação da produção às necessidades do consumidor, problema do martelamento publicitário a que nos submetem as grandes empresas.

Esta última relação, entre o valor de capital inicial empatado D e o valor final D' obtido com a venda da mercadoria M' , permite-nos avaliar os resultados da sucessão de ciclos de reprodução do capital.

Com efeito, imaginemos que o investidor obtenha no final do ciclo o mesmo dinheiro que empatou inicialmente: isto significa que, no caso de um roceiro que plantou arroz, o arroz obtido permite-lhe sobreviver durante o próximo ano agrícola (T), pôr de lado a semente (Cc), e pagar o desgaste dos seus equipamentos de trabalho, (Cf), não sobrando nada para comprar mais equipamento, ou adquirir semente melhor. Reproduzido, este ciclo levar ao mesmo produto de ano para ano, sem expansão da produção nem do aparelho produtivo: trata-se de uma reprodução de subsistência que não permite desenvolvimento, porque não aumenta o capital inicial.

Este tipo de reprodução, chamado de reprodução simples, não constitui um exercício teórico. A maioria da população rural do Terceiro Mundo, por exemplo, vive neste ciclo que um economista definiu bem ao dizer que os pobres são pobres, porque são pobres. Ou seja, são pobres demais para dispor do capital necessário para sair da pobreza. Quem viajou pelo interior da América Latina, da África ou da Ásia, sabe a que ponto se trata de um fenômeno generalizado. E as pessoas esquecem que neste início de milênio, a metade da população mundial ainda vive da agricultura. No Brasil de 2000, cerca de 17 milhões de pessoas trabalham na agricultura, contra cerca de 8 milhões na indústria.

Partindo da reprodução simples, em que D é igual a D' em valor, podemos conceber duas variantes.

A primeira, é a de um valor de mercadoria produzida, inferior ao dinheiro empatado (D' é inferior a D). Neste caso, o produtor vê-se, no segundo ano de produção, com menos dinheiro para continuar a produção do que no ano precedente. Em conseqüência, deverá contratar menos mão-de-obra, ou utilizar menos matéria-prima. O resultado é, naturalmente, que produzirá menos. Este tipo de reprodução, em que D' é inferior a D , leva a um processo de descapitalização e ... falência da unidade produtiva. Em termos concretos e históricos, na Argentina de 1990 vemos quase um terço das empresas em situação de não poderem fechar o "ciclo produtivo" porque o dinheiro obtido com a venda dos produtos não permite a re-compra do mesmo volume de capital produtivo, entrando em fase de descapitalização, ou de "sucateamento" como diz a imprensa.

A acumulação de capital constitui justamente o caso inverso, em que o produto obtido M' tem um valor como mercadoria que permite ao produtor obter um valor em dinheiro, no fim do ciclo, superior ao que teve no início: D' é maior do que o dinheiro inicial D .

Voltemos ao exemplo do agricultor que plantou arroz. Uma vez obtida a colheita, ele separa a semente que precisa para plantar no ano agrícola seguinte (Cc), separa o necessário para pagar o desgaste das suas ferramentas (Cf), e separa o que é necessário para a sua sobrevivência física, que corresponde à reprodução da sua força de trabalho (T). Uma vez assim repartido o produto, o agricultor constata que ainda lhe resta uma boa quantidade de arroz. Neste caso, diremos que há um excedente.

Este excedente é o elemento-chave de todo desenvolvimento econômico. Com efeito, é a partir dele que um pescador pode, por exemplo, comprar uma rede no lugar da sua vara de pesca, o que por sua vez o levará a capturar uma quantidade de peixe muito maior, obtendo maior excedente ainda no ciclo seguinte, permitindo, por exemplo, depois de alguns anos, a compra de um barco a motor, que aumentará ainda mais o seu excedente, e assim por diante.

Este é o tipo de reprodução, chamado de reprodução ampliada, que permite a acumulação de capital, o reforço cumulativo da capacidade de produzir riqueza. Em termos de sucessão de ciclos, o processo toma então a forma seguinte:

D - M	T	... P ... M' - D'
	C	
D' - M	T	... P ... M'' - D''
	C	
D'' - M	T	... P ... M''' - D'''
	C	

e assim por diante.

Entraremos no detalhe deste processo, base da acumulação do capital e de todo o processo de desenvolvimento econômico.

ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

A reprodução ampliada do capital permite portanto a acumulação progressiva da capacidade de produzir riqueza, ou seja, bens e serviços. Por sua vez, para que haja reprodução ampliada de capital, é essencial a formação do excedente.

A importância do excedente para o desenvolvimento faz com que hoje uma grande parte da literatura econômica, particularmente a que estuda alternativas de estratégia de desenvolvimento, concentre suas análises nas formas de aumentá-lo.

Uma primeira maneira de aumentar o excedente consiste em trabalhar mais. Método simples, constitui o caminho inicial de tanta gente que conseguiu se "arrumar" na vida. Assim, o operário que trabalha horas extraordinárias para dar uma entrada numa casa, que pagará ao longo dos anos, está simplesmente formando o seu excedente, que se materializará numa casa. O carpinteiro, que trabalha noite adentro para abrir a sua própria carpintaria, é outro exemplo.

Um exemplo histórico nos vem das minas do século XVIII: os garimpeiros, que trabalhavam durante o dia para o patrão, tinham direito ao que recolhessem nas últimas horas do dia, ou aos domingos. Trata-se aqui de um excedente, com que muitos escravos compraram a sua liberdade, resultado de mais trabalho, dando lugar ao que chamamos de excedente absoluto.

O excedente absoluto tem limites evidentes: o da resistência humana. A força de trabalho esgota-se, e já se viu por exemplo que a partir de um certo número de horas a multiplicação de acidentes ou de trabalho mal feito leva na realidade a perdas que tornam o horário limitado mais produtivo. Mas tem enorme importância em países subdesenvolvidos, que têm uma grande reserva de mão-de-obra não utilizada, conforme veremos adiante.

A forma mais importante de se elevar o excedente consiste, no entanto, em trabalhar melhor. Em outros termos, trata-se de aumentar a produtividade, fazer render mais cada hora que trabalhamos, dando lugar ao excedente relativo.

O aumento da produtividade resulta de três formas fundamentais de investimento: no homem, (formação), na organização (técnicas de gestão) e no equipamento (tecnologias). Vejamos estes pontos mais de perto.

A qualificação da mão-de-obra, através da sua formação e aperfeiçoamento, é considerada hoje um dos investimentos que mais rendem para desenvolver um país. Se nos anos 1960 ainda se insistia no equipamento como principal fator de aumento do excedente, hoje já se vê melhor a importância do investimento no homem. Trata-se de um investimento a longo prazo, mas que traz frutos seguros para a economia. Vale a pena lembrar que o Japão concentrou aí os seus esforços iniciais, liquidando o analfabetismo ainda no fim do século passado. Estudos mais recentes do Banco Mundial mostram que rende mais para o próprio desenvolvimento industrial o investimento em educação do que o investimento direto em indústria. Gary Becker, outro prêmio Nobel de economia, se irrita com justa razão com a bobagem dos que acham que uma fábrica é "investimento", enquanto educação seria "gasto".

A organização constitui outro fator longamente subestimado, e que hoje aparece como fundamental. Em várias experiências de desenvolvimento, constatou-se que se poderia, praticamente sem investimentos, elevar a produção do excedente pelo aumento da produtividade, ao permitir que as populações se organizem melhor para

a produção: utilização cooperativa de equipamento, para seu melhor aproveitamento, utilização bem dividida da água, utilização racional da terra segundo as suas vocações naturais e as necessidades da população e assim por diante. Progressos radicais foram observados por exemplo através da reorientação de serviços básicos que reforçam a organização da agricultura: redes equilibradas de comercialização, de estocagem, de transporte, de crédito e de assistência técnica, dão ao agricultor, que trabalha relativamente isolado, estímulo e condições de trabalho que melhoram radicalmente a produtividade e levam à formação de um excedente maior, mesmo sem grandes investimentos. Hoje, com a introdução generalizada da informática e dos novos sistemas de comunicação nos processos produtivos, a modernização da organização tornou-se mais importante do que nunca.

Quanto ao equipamento, trata-se, a longo prazo, de uma forma indispensável de reduzir o esforço de trabalho por unidade de produção, tendência irreversível das nossas economias, sobretudo agora com o ritmo de renovação das tecnologias. No entanto, é preciso também conhecer os limites da promoção do desenvolvimento através do reforço do equipamento.

Antes de tudo, é preciso constatar que fornecer equipamento em grande quantidade, sem assegurar a formação e capacitação adequada do trabalhador, e sem renovar os sistemas de organização, leva normalmente a resultados negativos. Isto se constatou em particular numa série de experiências de desenvolvimento na África. O trator, por exemplo, ao arar profundamente a terra, revolve o cascalho em baixo da camada de solo fértil, esterilizando-o, fazendo regredir a produtividade. Mas se constata igualmente em empresas modernas que por exemplo realizam pesados investimentos em computadores e acabam afogadas em dificuldades económicas. A falta de formação e de racionalização organizacional que deve acompanhar o investimento pode assim levar a um aumento importante dos custos.

Mas a dificuldade maior reside no próprio custo do equipamento. Hoje, conforme vimos, é normal um posto de trabalho custar 100.000 dólares ou mais na indústria. Um pequeno cálculo nos fornecerá imediatamente os limites que estes custos impõem: com 175 milhões de habitantes, o Brasil é um país em que chegam no mercado de trabalho, anualmente, cerca de 2,5 milhões de pessoas de 18 anos. Se fôssemos arrumar trabalho na indústria para metade deles, ou seja, 1,25 milhões de pessoas, teríamos um investimento a realizar de 125 bilhões de dólares por ano, mais do dobro da totalidade de investimento que o país já realiza. Há, portanto, limites evidentes ao desenvolvimento "intensivo", através de equipamento crescente da mão-de-obra: o custo do processo.

Com efeito, investimentos desse montante implicam um nível de poupança, por parte da população, que não seria suportável.

Porque o investimento exige poupança? Trata-se de um ponto chave, que é bom examinarmos em detalhe.

A relação entre investimento e poupança constitui um dos pontos mais importantes para a compreensão da acumulação do capital. O problema é fundamentalmente simples, apesar de revestir-se de uma certa complexidade quando interferem mecanismos monetários.

O ponto de partida é a compreensão de que o investimento, para se traduzir num aumento efetivo da capacidade de produção do país, deve materializar-se em bens e serviços que são desviados da produção de bens de necessidade imediata, para possibilitar a produção de um número maior de bens em fase ulterior.

Ou seja, todo investimento implica em que um conjunto de fatores, como mão-de-obra, cimento, aço, capacidade administrativa, etc., deixem temporariamente de ser utilizados para produzir bens de consumo, e sirvam para produzir bens de produção.

O exemplo clássico, ao nível do produtor individual, é o do pescador, que tem como opção pescar com instrumentos rudimentares, ou fabricar uma rede, ou qualquer bem de produção mais sofisticado. O tempo que gastar produzindo a rede representa horas sem pescar. Para sobreviver durante este tempo, o pescador terá que ter posto de lado o suficiente para comer: este excedente, que ele não consumiu e poupou, permite-lhe fabricar o seu instrumento de pesca, e representa, na realidade, o valor do instrumento.

Assim, se não houvesse excedente, ele não teria como abandonar temporariamente a luta pela sua sobrevivência imediata. Do momento que há excedente, ele pode consumi-lo imediatamente, aumentando a sua satisfação, ou poupá-lo, e transformar esta poupança em investimento. O que é essencial é que ele não pode simultaneamente investir e consumir o excedente, porque investir representa horas de trabalho, que no nosso exemplo são desviadas da pesca.

Em termos teóricos, isto tem duas implicações de peso: na estrutura da produção e na estrutura de consumo.

Se considerarmos o esquema de reprodução visto acima

$$\begin{array}{c}
 V \\
 D - M \quad \dots P \dots M' - D' \\
 C
 \end{array}$$

que representa a reprodução do capital do ponto de vista cíclico, e buscarmos desdobrá-lo do ponto de vista setorial, obtemos o esquema seguinte:

$$\begin{array}{l}
 \text{Setor I:} \quad C + T + L = M_1 \quad (\text{Bens de produção}) \\
 \text{Setor II:} \quad C + T + L = M_2 \quad (\text{Bens de consumo}) \\
 \hline
 C + T + L = M \quad (\text{Produção total})
 \end{array}$$

em que constatamos que a produção total de um período, M, desdobra-se em produção de bens de produção, M₁, e produção de bens de consumo, M₂. Cada um dos valores é composto, por sua vez, pelo valor de bens de produção consumidos (C), salários pagos (T) e lucros (L).

A relação entre o peso relativo do setor I e o do setor II é importante. Em certas economias particularmente pobres e estagnadas, por exemplo, o setor I pode ser quase inexistente. No Japão, que passou por uma fase de acumulação muito intensa no início do seu desenvolvimento, o setor I adquiriu um peso absolutamente excepcional. Em termos práticos, isto significa que no país, e num determinado momento, grande parte do esforço destina-se a produzir bens que não se consomem, mas que servirão para melhorar o nível de produção de bens de consumo em outra fase.

A contrapartida, naturalmente, é uma redução relativa do consumo imediato. Por outro lado, realizar o investimento é a condição para obter um nível mais elevado de consumo a prazo. Em conseqüência, um dos pontos-chave da política econômica consiste em determinar o nível de investimentos, ou seja, o nível de sacrifícios que se impõe hoje ao consumidor para que possa consumir mais amanhã.

QUEM CRIA O EXCEDENTE ?

O que transparece na análise anterior é que o excedente constitui uma diferença entre o que um homem ou uma sociedade conseguem produzir e o que consomem.

O excedente resulta portanto de um nível de produtividade a partir do qual, depois de satisfeitas as necessidades elementares do trabalhador e da sua família (reprodução da força de trabalho T), a reposição de estoques de matéria-prima (capital circulante que permitir o próximo ciclo de produção), e a compensação do desgaste das máquinas e outras instalações fixas (capital fixo), ainda sobra produto.

Este excedente é evidentemente polivalente, podendo tomar as mais diversas formas. Pode tratar-se de um excedente de arroz do Maranhão, que será trocado por excedente sob forma de produtos industriais de São Paulo, ou ainda de soja que será exportada para se obter, em troca, produtos do Exterior.

Tudo depende de quem irá se apropriar do excedente, se a multinacional interessada na sua própria acumulação a nível nacional e internacional, se o atravessador que paga preços baixos ao agricultor enquanto vende caro no mercado, se o próprio agricultor interessado em melhorar as suas condições de vida e de trabalho, se a pessoa interessada em consumo de luxo ou a pessoa interessada em investir para produzir mais.

O problema do excedente e da sua transformação em capital desdobra-se portanto em dois: quem o cria, e quem dele se apropria. Vejamos o primeiro.

O dinheiro-papel tem algum valor porque corresponde a um produto que tem valor de troca. Um carregamento de tijolos, por exemplo, pode me servir (valor de uso) para construir uma casa, representando utilidade real. Mas pode servir também para ser vendido (valor de troca) permitindo a compra de outros bens, como alimentos, substituindo-se um valor de uso por outro, por intermédio do valor de troca.

Mas o próprio dinheiro não tem valor de uso algum: destina-se apenas a facilitar a transação entre valores de uso, valores estes que no momento da troca são representados numa unidade-padrão de troca - o real, o euro, o dólar.

Portanto, filosofias à parte, a acumulação de riqueza baseia-se na nossa capacidade de produzir bens que correspondem às nossas necessidades de uso, reais e concretas - como casas, alimentos, roupas - sendo ainda fundamental que estes bens correspondam ao que efetivamente queremos. Com efeito, sem valor de uso, não há valor de troca, não há dinheiro.

A luta pelo excedente, portanto, é anterior à economia monetária, e inclusive se torna mais clara nas sociedades pre-monetárias. Com efeito, não existindo a separação entre os sistemas de atribuição de dinheiro e o sistema de produção de bens que caracteriza as sociedades modernas, o excedente tem de ser tomado pelas classes dirigentes onde existe, onde foi produzido: ou seja, na mão do trabalhador.

É o caso, por exemplo, da apropriação do excedente no sistema de escravidão. O dono vive numa casa construída por escravos, come o alimento produzido e cozinhado por escravos, anda carregado por escravos ou por um cavalo cuidado por escravos. É óbvio que se os escravos só produzissem o mínimo para a própria

sobrevivência, não poderiam sustentar o seu dono. É o fato de atingirem uma produtividade mais elevada que permite que haja excedente e, em conseqüência, a riqueza...do dono.

Não há dúvida, aqui, que a totalidade do excedente é produzida pelo trabalhador, mesmo se lhe cabe apenas parte do produto. Os bens produzidos pelo trabalhador são o fruto do seu suor, como o são os serviços que presta na casa, pois o trabalho não produtivo de alguns escravos deve ser compensado pelo trabalho produtivo de outros.

Na base do sistema feudal, as coisas são igualmente bastante claras: o senhor feudal, ao se apropriar do seu feudo, ou seja, da terra sobre a qual trabalha o camponês, cobra um imposto sobre o produto que o camponês consegue tirar da terra com o seu trabalho. Este imposto, inicialmente sob forma de valores de uso (galinhas, porcos, trigo, e outros produtos, ou ainda sob forma de dias de trabalho), passou com o tempo a ser pago em moedas, dando mais liberdade ao senhor de comprar os bens que quisesse. Nem por isso ir-se-ia atribuir o fato do senhor dispor de muitas moedas à sua própria capacidade produtiva. Trata-se, mais uma vez, da apropriação do produto do trabalho dos outros. Com que base? Mais uma vez, sobre a base de uma lei, que lhe confere direito sobre as terras e os homens que a trabalham. E por trás da lei, existia evidentemente a apropriação de fato, baseada em relações de força.

O dono de escravos ganhou os seus trabalhadores "em guerra justa" como se dizia na época, e como diziam os portugueses ao se referir à apropriação da força de trabalho dos índios no Brasil. Para os aristocratas do sistema feudal, o direito ao fruto do trabalho dos outros era justificado pelos altos muros do seu castelo, construído, aliás, por outros trabalhadores.

Mas o fato essencial para nós é que não havia riqueza à qual fosse atribuída outra fonte que não o trabalho. Mais tarde, com o desenvolvimento da ciência econômica, o raciocínio tornou-se mais sofisticado: o homem só transforma, e quem produz efetivamente riqueza, pelo milagre natural da reprodução, é a terra. E, como a terra é propriedade do aristocrata, seria natural que o produto a ele pertença.

O argumento inaugurava uma geração de justificativas para a apropriação do excedente por quem não o produz: aos poucos, multiplicar-se-iam os "fatores de produção" destinados a atribuir uma parcela de riqueza a quem assegurasse o seu monopólio. Na época da Renascença, aliando-se a busca de justificações científicas com o poder de fato dos aristocratas, definiu-se a terra como fator de produção, com direito a retribuição. Esta terra, sobra dizer, pertenceria a alguém que não a produziu, mas dela se apropriou.

Adam Smith, analisando este raciocínio na fase final do século XVIII, já se mostra bem mais cauteloso, sobretudo porque defende a participação maior do empresário capitalista, em detrimento do aristocrata: "Assim que a terra de qualquer país tornou-se propriedade privada, os senhores da terra, que como todos os homens gostam de colher onde nunca araram, exigem uma renda mesmo por este produto natural." Assim, Adam Smith define a renda paga pela terra como uma "dedução do produto do trabalho que é empregado na terra". (Adam Smith, Riqueza das Nações, 1776).

Na realidade, o argumento da terra como fator de produção passível de remuneração não é absurdo: é verdade que a terra contribui para fazer a planta, como contribuem também o sol, que fornece energia, e o ar que fornece o carbono, ou ainda a água. Mas se trata de fatores técnicos de produção, e no caso da

terra quem é remunerado não é o solo, e sim uma pessoa, o proprietário. Na medida em que não é possível uma minoria apropriar-se pela força do sol ou do ar e monopolizá-los, não existe ninguém para teorizar sobre o seu caráter de "fator de produção". No caso da água, aliás, já há gente se apropriando e privatizando mais este produto natural, e quem sabe vai aparecer a justificativa para este fator natural também se tornar "fator de produção". É a teoria econômica subindo literalmente para a nuvens.

O valor do produto resulta portanto do esforço que o trabalhador nele incorpora, e não da terra. Na medida em que a terra é escassa, ou que minorias monopolizam-na pela força, os que controlam a terra passam a cobrar um tributo sobre o seu uso, ou seja, uma renda, que lhes permite apropriarem-se de uma parte do produto do trabalhador. A renda constitui uma forma entre outras de transferência do excedente, e é paga não à terra, mas a outros homens, os seus proprietários. É o trabalho destes proprietários que poderia justificar a sua participação no excedente, e não a propriedade em si.

Se no século 16, tempo dos fisiocratas como Quesnay, todas as atividades que não fossem rurais eram consideradas "estéreis" do ponto de vista econômico, na época da Revolução Industrial aparecia outro fator de produção: o capital, aqui entendido como o conjunto do equipamento fixo que permite a produção. O raciocínio, aqui ainda, é simples: o operário traz a sua força de trabalho, recebe o seu salário, e o capitalista entra com o capital, e recebe o lucro. Cada um tem acesso a uma parte do produto, segundo o seu aporte, no quadro da nova "justiça".

O problema reside, naturalmente, na definição de quem produz o capital, neste caso visto como o equipamento de propriedade do capitalista.

É óbvio que os instrumentos de trabalho são produzidos pelo próprio trabalhador, ou por outros trabalhadores, e não pelo capitalista. Se formos buscar a cadeia técnica de cada bem de produção, veremos que se trata de uma acumulação de fases sucessivas de trabalho, desde a extração do minério até a finalização da máquina. Todas as etapas foram preenchidas por trabalhadores, inclusive possivelmente pelo capitalista, mas na parcela do seu trabalho incorporado.

Na realidade, em sistemas anteriores ao capitalismo, não havia capitalista a se remunerar, e o capital fixo, os instrumentos de trabalho, formaram-se, como se formaram também nas economias socialistas.

De onde vem então a remuneração do capitalista?

Antes de tudo, devemos reforçar o fato de que é o capitalista, e não o capital, que está sendo remunerado, tal como é o proprietário da terra e não a terra que é remunerado no exemplo anterior.

Foi a partir de Karl Marx, e da obra O Capital, que a origem da remuneração do capitalista tornou-se clara. A força de trabalho, à medida que aumenta a produtividade, produz mais valor do que o necessário para a sua reprodução. Ao pagar ao operário o mínimo que lhe é necessário, e ao se apropriar da totalidade do produto que resulta da intervenção do trabalhador no processo produtivo, o capitalista realiza um lucro, aqui chamado de mais-valia, ou seja, o valor do produto que ultrapassa o valor pago ao trabalhador.

Em outros termos, a subvalorização da força de trabalho empregada permite fazer aparecer o lucro com o qual o capitalista compra as máquinas, e as máquinas

aparecem por sua vez como justificativa para o lucro capitalista, definido então como remuneração do capital.

O direito a essa remuneração tem assim, como nos outros casos, um fundamento, a força, pela qual os capitalistas apropriaram-se dos bens de produção. E hoje o sistema se reproduz, já que o monopólio dos capitalistas sobre os meios de produção, sobre o "capital", obriga os trabalhadores a aceitar pelo seu trabalho uma remuneração menor do que o valor da produção que criaram.

Esta apropriação do capital pelo capitalista não difere fundamentalmente das outras formas históricas de apropriação de meios de produção: do próprio homem no regime de escravidão, ou da terra no regime feudal.

Muitos outros argumentos foram levantados para justificar o lucro capitalista: seria um prêmio pelo "risco" que o capitalista assume - o risco, aliás, de se tornar um trabalhador como outro, sem privilégios -, seria a remuneração pelo "espírito de empreendimento", pela capacidade de inovação, sem falar da compensação que exigiria o peso das responsabilidades que carrega.

Na verdade, o capitalista tem acesso a esta forma do excedente que constitui o lucro, porque monopolizou o acesso ao capital, e não porque o tenha produzido.

No século XIX, o processo era bastante mais transparente, na medida em que os proprietários de pequenos parques de máquinas iam-se apropriando gradualmente do excedente de um número crescente de trabalhadores, até se tornarem capitalistas.

Hoje, a visão do capitalista que "começou pequeno" e constituiu o seu capital pelo trabalho e economia, é uma realidade para muitos pequenos e médios produtores, mas é um mito quando nos referimos às grandes empresas modernas: ninguém, em toda sua vida, poderia trabalhar o suficiente para produzir e "poupar" a riqueza correspondente às grandes fortunas modernas, e a explicação exige a análise de processos de apropriação mais sofisticados.

Sofisticados, mas, no conjunto, semelhantes. Por baixo das complexas operações financeiras, está a luta nua e crua pelo resultado do trabalho de toda a coletividade de trabalhadores, pelo excedente. Não é o capital que "produz", e sim o trabalhador que produz o capital, que por sua vez permite aumentar a produtividade de outros trabalhadores.

O milagre, é como o grosso do excedente social produzido e o próprio capital vão parar nas mãos de quem não os produziu, numa proporção que tem pouco a ver com o que uma pessoa contribuiu para formá-los.

A APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE

O excedente resulta do trabalho, ou mais precisamente, da capacidade de produzir que ultrapassa o desgaste sofrido no próprio processo de produção.

Desde que o mundo é mundo, no entanto, apareceram candidatos para viver do excedente dos outros, pela simples razão de que, no momento que o produto de um homem ultrapassa o que lhe é necessário para sobreviver e repor os seus fatores de produção, há um excedente disponível, e a exploração pode ultrapassar o simples roubo para se tornar sistema.

Um Drake, pirata enobrecido pela rainha da Inglaterra, ou os expedicionários espanhóis que roubaram metais preciosos das populações do México, eram bandidos, realizando assaltos com apoio dos seus governos. Quando são conquistadas as colônias para se lhes impor uma forma de produção de riqueza que assegure uma transferência permanente do excedente, estamos já num sistema, num modo de produção e acumulação do capital.

Da mesma forma, a apropriação do excedente por uma classe dirigente que não o produziu obedece a um sistema, a um modo de produção, que envolve tanto a produção como a distribuição do produto.

Já vimos que o excedente é indispensável para a acumulação do capital. Somente a existência de um excedente social permite que uma parte da população dedique-se a outra coisa que não a produção dos bens que lhe são imediatamente necessários. Enquanto constrói uma estrada, o trabalhador precisa comer, morar, vestir-se, e isto implica em que a parte da população que trabalha no setor II, setor de bens de consumo, tenha uma produtividade suficiente para cobrir as suas próprias necessidades e as necessidades de quem trabalha no setor I, na produção de bens de produção.

Mas não basta que haja excedente para que haja acumulação de capital. A acumulação do capital exige que a poupança seja utilizada produtivamente, seja transformada em investimento produtivo.

O investimento produtivo, exige um processo de produção, consumindo força de trabalho, matéria-prima, energia, equipamento. Ou seja, exige capital trabalho, capital circulante e capital fixo. Este capital, sob suas diversas formas, poderia ser utilizado para produzir, por exemplo, alimentos. Na medida em que foi desviado da produção de alimentos ou de outros bens de consumo, para ser utilizado na construção de um dique, de uma fábrica, de uma estrada - em objetos do setor I - haverá menos bens produzidos no setor II, já que os fatores de produção utilizados para produzir bens de consumo terão sido em quantidade menor.

Em outros termos, o investimento exige poupança na medida em que há desvio de fatores de produção que poderiam servir para aumentar a quantidade disponível de bens de consumo, para o setor de bens de produção.

Mas como se pode chegar a uma igualdade de investimento e poupança, se as decisões de poupar, feitas por milhares de famílias e empresas, são independentes das decisões de investir, tomadas por empresários e pelo governo?

Os desequilíbrios da economia, e em particular o processo de inflação, resultam em grande parte da necessidade de se buscar o equilíbrio entre o movimento real

de investimento, que implica modificação da utilização dos fatores de produção, e os movimentos financeiros e monetários de atribuição de riqueza às diversas camadas sociais.

Vamos estudar este processo com algum cuidado, já que se reveste de particular importância para a compreensão do processo de acumulação do capital.

Vejamos por exemplo o caso de um empresário que obtém um subsídio do Estado para construir uma fábrica. O Governo, no caso de estar esgotada a poupança forçada que recolheu através do imposto, pode financiar o empresário emitindo a moeda necessária. Trata-se de produzir papel, que pouco custa ao Estado. O empresário utilizará o dinheiro para pagar fatores de produção, pagar trabalhadores, comprar cimento e máquinas, matéria prima. De uma maneira ou de outra, o dinheiro se transformará em salários de trabalhadores, seja diretamente aos que constroem a fábrica, (trabalho direto), seja indiretamente aos que produziram o tijolo, as máquinas, etc. (trabalho indireto).

Resultará assim um fluxo de renda que se transforma, nas mãos do trabalhador, em pressão sobre o mercado de bens de consumo. Ora, a este aumento de consumo não correspondeu um aumento de produção de bens de consumo, pelo contrário, já que meios de produção foram desviados para construir uma empresa, produzindo-se relativamente menos bens de consumo.

Temos assim mais renda para comprar bens de consumo, e relativamente menos bens de consumo. Como não há milagres, e só se pode consumir o que efetivamente a sociedade produziu, haverá dois processos possíveis: ou os preços se mantêm estáveis, e faltará ao consumidor a mercadoria que quer comprar - sendo obrigado a poupar por falta de produto - ou, hipótese normal, o comerciante aumentará o preço do produto para aproveitar a maior procura. O resultado, naturalmente, é que com o aumento dos preços todos os trabalhadores consumirão menos, já que o seu salário só será reajustado mais tarde, depois de lutas e pressões, e todos os trabalhadores pouparão, queiram ou não, para pagar a construção do empreendimento.

Temos assim a inflação - aumento de preços - como processo de poupança forçada, levando o trabalhador a pagar, com o menor consumo da sua família, a empresa construída.

Uma característica importante desta poupança, além de ser forçada, é o fato de ser poupança posterior. Em outros termos, em vez de se tratar de um marceneiro que, por exemplo, poupou durante anos, reduzindo o seu próprio consumo, para abrir a sua própria marcenaria - neste caso há poupança anterior ao investimento -, no caso da fábrica visto acima houve emissão monetária, processo artificial destinado a pôr nas mãos de um empresário recursos financeiros - papel - para comprar fatores de produção, acarretando uma poupança social posterior e involuntária, por parte dos trabalhadores em geral. No caso citado do marceneiro, quem poupou foi ele. No caso do produtor subsidiado, a poupança foi social, constituindo-se em uma extração de mais-valia social.

A poupança posterior, ou *ex-post*, tornou-se um processo-chave da acumulação no sistema capitalista, na medida em que a relativa autonomia dos mecanismos financeiros e monetários modernos permite iniciativas que não correspondem à base produtiva real da economia, levando a um conjunto de desequilíbrios e reajustes para que a correspondência entre os dois níveis possa ser reencontrada num momento ulterior.

Ora, o que observamos é que os trabalhadores no seu conjunto fizeram a poupança para pagar o empreendimento - são eles que consumiram menos e não o empresário - e a fábrica desponta como propriedade do empresário. Como? Porque foi a ele que se atribuiu o papel-moeda que representa o valor dos fatores de produção utilizados.

O Estado só tinha papel, e deu ao empresário o que tinha. Quem realizou o esforço para transformar este papel em meios concretos de produção - na fábrica construída - foi o trabalhador, e quem fez a poupança foram os trabalhadores também: no entanto, a fábrica é do capitalista.

O empresário ganhou assim uma fábrica sem poupar, milagre das nossas leis sobre propriedade privada dos bens de produção. Em outra fase, se o governo considerar que se trata de empréstimo e não de subsídio, o empresário poderá devolver-lhe o dinheiro por outro mecanismo simples, e que já vimos no capítulo anterior: pagar aos seus trabalhadores menos do que o valor do produto obtido, e com a diferença saldar a dívida para com o Estado, ao mesmo tempo que auferir lucros pessoais. E dirá, tranqüilamente, que o seu lucro constitui a remuneração do seu capital.

Capital que, evidentemente, ele nem produziu e nem poupou.

Este processo curioso de transferência da poupança para o conjunto da população, enquanto a propriedade vai às mãos de quem freqüentemente só fez manter boas relações de amizade com as fontes de financiamento, reveste-se de formas múltiplas, às vezes complexas, que não escondem no entanto a característica comum e fundamental vista no exemplo acima.

Para maior clareza, no entanto, veremos mais alguns exemplos.

A mesma transferência do "ônus" da poupança para a população se faz no caso do empresário pedir dinheiro emprestado no Banco. Com efeito, ou o Banco empresta dinheiro que foi depositado como poupança - neste caso é quem depositou que está poupando, - ou ainda, o Banco empresta o dinheiro que não tem.

Este último caso é normal, e se baseia no fato de que nunca todos os credores ou depositantes de um banco pedem simultaneamente o dinheiro total a que têm direito, permitindo ao Banco emitir créditos em nível muito mais elevado do que os depósitos que recebe. No caso, inclusive, de haver uma pressão um pouco forte, por coincidência de retiradas que põem em perigo a caixa do Banco, este recorrerá a outros Bancos que, solidários, assegurarão a sua passagem pelo mau momento. E se muitos forem irresponsáveis, haverá sempre um programa de governo que os socorrerá com recursos públicos.

Há, na realidade, neste caso como no anterior, emissão monetária, já que os Bancos emprestam mais dinheiro do que há poupança, levando a investimentos mais elevados do que o nível existente de poupança permite. Necessariamente, o fluxo salarial criado pelos investimentos levará a maior procura de bens de consumo, e à inflação, obrigando o conjunto da população a realizar o esforço de poupança, de privação, que tornará possível ao empresário apresentar satisfeito as chaves da sua nova empresa.

Outra forma de transferência do ônus pode ser feita através do empréstimo no exterior. Trata-se de outra forma de poupança, que afetará as gerações posteriores, que deverão saldar a dívida: trata-se de uma poupança diferida, compensada pela poupança atual do país fornecedor de recursos. Assim o milagre económico dos anos 1970 levou naturalmente às dificuldades dos anos 1980 e 1990,

e quem endividou o país nos diz tranquilamente que no tempo dêle as coisas funcionavam melhor. Quem já pediu dinheiro emprestado sabe que na hora de receber as coisas são ótimas. Ao slogan "Delfim, eu era feliz e não sabia", a sabedoria popular acrescentou "...que eu ia pagar por isso".

Assim, a inflação constituiu um dos instrumentos fundamentais da apropriação do excedente pelas classes dominantes. Diz-se que para elas também os preços sobem: o argumento, freqüentemente invocado, é falso. O empresário, o comerciante, o banqueiro, são agentes econômicos que podem alterar os seus preços. Em consequência, ao subirem os preços dos produtos que compram, aumentam os seus preços de venda, passando o ônus da inflação para a frente. Quem paga, evidentemente, é quem tem remuneração fixa, o assalariado, o aposentado, o funcionário que terá o seu salário reajustado, mas com um atraso que o torna não proporcional ao aumento de preços, assegurando a realização da poupança.

Na realidade, quando se estuda a inflação, é útil dividir a população em dois grupos, os que dependem de renda fixa (assalariados, aposentados, e pequenos e médios produtores que não têm como influenciar os preços), e os que têm renda variável (empresários, banqueiros, comerciantes e outros). A inflação tornou-se um mecanismo privilegiado de extração de mais-valia social da população trabalhadora, e é importante analisá-la distinguindo quem se prejudica (população de renda fixa) e quem se beneficia (população de renda variável), com o aumento desordenado de preços. Todos se dizem prejudicados, sem dúvida, mas a inflação é produzida por quem com ela ganha, e apenas mantida por mecanismos inerciais.

Os instrumentos de transferência social de renda são muitos. Veja-se o exemplo dos subsídios do Estado. Este recolhe os impostos do conjunto da população, e em particular da população trabalhadora que, tendo os seus impostos declarados por terceiros e retidos na fonte, não tem acesso aos mesmos mecanismos de evasão fiscal que os grandes proprietários e membros das profissões liberais. Trata-se, neste caso, de poupança forçada a ser transformada, em geral, em financiamentos para o próprio setor empresarial. A transferência da poupança popular para grupos privados através deste sistema atinge, no Brasil, valores muito elevados.

Outro exemplo ainda, é o das isenções fiscais. Uma empresa que exporta, ou que se instala no Nordeste, ou ainda uma multinacional que decide se instalar no país, recebem freqüentemente isenções fiscais durante uma série de anos: ou seja, funcionam, utilizam serviços públicos, realizam lucros, e não pagam. O gasto correspondente será coberto através de poupança forçada via imposto, ou, se o Estado ultrapassou as suas disponibilidades, através de emissão monetária, que levará a uma poupança forçada posterior pelo conjunto da população de renda fixa.

Outra forma ainda de transferência do excedente para as classes dirigentes constitui o investimento do Estado em áreas pouco lucrativas. Ao construir uma estrada de ferro ou um porto para a exportação do minério, o Estado realiza, com poupança pública, um enorme investimento cujo rendimento só se faz sentir a muito longo prazo, razão pela qual este tipo de empreendimento não é realizado pelos próprios capitalistas. No entanto, o investimento realizado com fundos públicos permite à empresa nacional ou multinacional explorar o minério com enorme margem de lucro, já que as obras de infra-estruturas custeadas pelo Estado permitem economias vultosas chamadas de "economias externas".

Entre as numerosas formas de fazer festa com o chapéu do outros, é necessário mencionar a especulação imobiliária: um capitalista compra terras, e aguarda a sua valorização pelas infra-estruturas criadas com recursos públicos, ou até de outros capitalistas. As estradas, as ruas, a luz elétrica, a urbanização e

outros elevam o valor da sua terra sem que tenha que mexer um dedo, e lhe permitem revender a terra dezenas de vezes mais caro, comprando mais terras em outros lugares, com dois efeitos: fica rica uma pessoa que não trabalha, e sobretudo esteriliza-se o solo, pois o maior temor do especulador deste tipo é que a terra venha ser apropriada para fins produtivos, deixando de ser mercadoria especulativa. Na maioria dos países, hoje já se impõem duríssimos impostos sobre terras ociosas, improdutivas ou sub-utilizadas, devolvendo à sociedade a valorização que resulta de esforço social, e nos casos de desequilíbrios mais fortes, como no Japão e numerosos outros países, se procedeu a reformas agrárias.

Outro grupo de m, todos de apropriação do excedente do trabalhador resulta da variação dos preços relativos. A amplitude da transferência de capital por meio dos preços relativos foi bastante estudada e evidenciada a partir da teoria dos termos de troca entre países ricos e pobres, entre Norte e Sul.

Em termos simples, a deterioração dos termos de troca significa que um país precisa, por exemplo, produzir cada vez mais cacau ou soja para importar uma quantidade cada vez menor de produtos industrializados. Isto porque os produtores de bens manufaturados têm condições de controle sobre os preços que asseguram a sua elevação, enquanto os preços das matérias-primas ou dos produtos agrícolas baixam. O resultado é que hoje os países subdesenvolvidos, que exportam volumes crescentes de produtos primários, constataam que a sua capacidade de importação não acompanha o aumento do volume de exportações.

A deterioração dos termos de troca, estudada em particular por Prebisch, levou a um outro conjunto de estudos, sobre as raízes desta deterioração: na realidade, por trás do preço cada vez menor pago aos países pobres, e do preço cada vez mais elevado pago aos países ricos, está o problema da diferenciação salarial entre o Norte e o Sul. Ao pagar 350 dólares a tonelada de arroz do Paquistão, por exemplo, o Norte paga 350 dólares o valor de trabalho de um ano de um agricultor, enquanto o agricultor poderá comprar, com este valor, duas bicicletas para a sua família, equivalente a algumas horas de trabalho de um operário dos países industrializados. A produtividade da empresa do Norte é sem dúvida mais elevada, mais isto não resolve o fato da aquisição de equipamentos modernos, por exemplo, representar um custo muito mais elevado justamente para os países que têm menos recursos, e que mais precisariam ser reequipados para se equilibrar as relações.

A base desta troca desigual situa-se na desigualdade do preço pago pela força de trabalho. Ao comprar a bicicleta, o trabalhador do país sub-desenvolvido paga um valor de trabalho incorporado correspondente ao nível de renda de um país rico, que se situa em torno de 30 mil dólares por ano, enquanto que ao importar, por exemplo, o óleo de palma para os seus sabonetes, a multinacional paga um valor incorporado de mão-de-obra de um país com renda per capita da ordem de mil dólares por ano.

Os cálculos realizados por Emmanuel, principal teórico da troca desigual, mostram que, mesmo com incorporação das diferenças de produtividade, o desnível salarial continua enorme, superior a 1 para 20. Ou seja, com nível igual de produtividade, o trabalhador do país subdesenvolvido teria, em média, um salário 20 vezes menor.

Ora, se descontadas as diferenças de produtividade e o salário é 20 vezes menor, é óbvio que há um fluxo importante de transferência de renda. E como entretanto os cálculos mostram que a diferença de taxa de lucros nunca atinge as mesmas

proporções, constatamos uma transferência de capital do país pobre para o país rico.

A apropriação do excedente por preços relativos, se bem que mais estudada no plano internacional das relações entre o Norte e o Sul, funciona perfeitamente dentro dos próprios países subdesenvolvidos. Assim, os agricultores do Brasil, com poder de barganha bastante mais reduzido do que os empresários urbanos, recebem pelo seu esforço uma remuneração incomparavelmente menor do que a população urbana. Isto porque os preços ao produtor são mantidos em nível baixo para a agricultura, levando a uma situação em que a população rural auferia apenas 10% da renda nacional, enquanto os intermediários financeiros, que pouco produzem, e contribuem em grande parte para a esterilização das atividades produtivas ao desviar recursos para atividades especulativas, participam com um renda do setor superior à totalidade da produção agrícola.

No caso brasileiro, a interiorização da troca desigual tornou-se sistema nas relações entre as regiões mais pobres, como o Nordeste, e as regiões mais ricas, particularmente o Sudeste, conforme mostrou Celso Furtado ainda nos anos 1960. Conseguimos criar o nosso próprio Norte-Sul, com todas as tragédias do desequilíbrio de renda que ocorre no plano internacional.

O sistema dos preços, dos termos de troca entre os grandes grupos sociais do país, constitui portanto mais um instrumento muito importante de apropriação do excedente.

Outra forma de utilização dos preços para se apropriar do excedente é utilizada pelo monopólio. Há tempos que o mercado de livre concorrência, descrito por Adam Smith, deixou de existir, ou pelo menos sofreu profundas transformações. O importante para nós não é denunciar aqui o monopólio, mas constatar que uma empresa, ao controlar o mercado por acordos com outras empresas, por monopolizar certa tecnologia, ou ainda por se localizar sozinha numa região, realiza lucros mais elevados, o que lhe permite adquirir mais fatores de produção para reinvestir e se expandir, sem que esta apropriação de riqueza social corresponda sequer ao esforço dos seus próprios trabalhadores. A poupança complementar será realizada pelo consumidor que pagará mais, e a nova fábrica construída com os lucros extraordinários pertencerá ainda ao empresário.

A autonomia que adquiriu o sistema monetário e financeiro, relativamente à base produtiva real de uma economia, permite assim este milagre da apropriação do capital por quem não o produziu, sem que tenhamos a capacidade de indicar, em qualquer momento, quem nos enfiou a mão no bolso. Ao constatarmos, na feira ou no supermercado, um preço mais elevado, sabemos que o nosso salário foi reduzido, que o dinheiro que tínhamos na mão ficou valendo menos, exatamente da mesma forma como se alguém tivesse nos roubado uma parte. E no entanto, ao buscarmos o responsável, este se dilui no sistema, no sorriso amável do banqueiro, no abraço generoso do político, no rosto preocupado e cheio de subentendidos patrióticos do empresário. Não se trata de gente bem ou mal-intencionada: trata-se de um sistema, de um modo de produção.

Vejamos duas ilustrações clássicas deste tipo de processo de apropriação do excedente, extraídas da vida real:

Nos tempos de inflação descontrolada, a modalidade preferida era fazer empréstimos sem correção, processo claramente descrito neste artigo de Aloysio Biondi de 1982, exemplo antigo mas que reflete perfeitamente a apropriação do trabalho dos outros (mais-valia social) gerada pela inflação: "uma empresa que tenha conseguido um empréstimo de Cr\$ 1.000.000 em 1974, (e houve quem

levantasse um bilhão de cruzeiros, na época), deveria Cr\$ 1,54 milhão ou 15 vezes mais, em 1981, se o saldo devedor fosse atualizado de acordo com a correção monetária real de cada ano. Como os contratos previam 20% de correção tabelada, todos os anos, o débito real estará na casa de 423 mil - cabendo ao Tesouro pagar a diferença de 1,1 milhão (isto é, praticamente três vezes a dívida da empresa) ao BNDE. Em resumo, a empresa forma um fabuloso patrimônio e o Tesouro continua a pagar seus compromissos ao BNDE."

Em outros termos, os empresários recebem o dinheiro do Estado, pagam um juro ridículo, e restituem quatro vezes menos, porque sem correção, ou correção subestimada. De onde veio o dinheiro para cobrir o que os empresários não pagaram? Dos impostos, ou de emissão monetária, ou seja, num como no outro caso, do bolso da população, que teve que realizar a poupança correspondente, enquanto o empresário torna-se proprietário de mais uma empresa.

Com a queda da inflação, a partir de 1994, a apropriação do excedente deslocou-se para os intermediários financeiros, que por meio de juros altos, tarifas bancárias e crediários comerciais, apropriam-se no ano de 2003 de 30% da renda familiar brasileira, esterilizando a poupança da população e levando à estagnação da economia. O comentário de um editorial da Folha de São Paulo de é mais que explícito: "As taxas de juros pagas por empresas e consumidores continuam exorbitantes e com tendência de alta. Em janeiro (2003), estima-se que a taxa média para empréstimos pessoais tenha atingido 99,98% ao ano. Para as empresas, o custo médio de desconto das duplicatas alcançou 64,03% anuais e o do capital de giro chegou a 59,5%...Margens de lucro tão elevadas garantem os lucros atronômicos dos bancos brasileiros, muito acima da média mundial...A concentração do mercado de crédito brasileiro - as 10 maiores instituições controlavam 62% dos ativos em dezembro de 2001 - parece justificar uma regulação mais estreita desse oligopólio".¹

Um exemplo histórico deste processo, mas na área internacional, é o da compra de grande parte do parque industrial europeu pelos americanos, na seqência do acordo de Bretton Woods: pelo acordo, os bancos europeus aceitavam manter suas reservas em dólares, e em nível bastante elevado, acima de um determinado piso. Assim, os americanos podiam emitir moeda, ou seja, fabricar papel sem cobertura produtiva, porque este dinheiro, ao entrar na Europa, seria congelado nos bancos centrais, evitando a deterioração da moeda americana por excesso de circulação. O resultado é que um parque produtivo, fruto do trabalho do operariado europeu, passou para mãos americanas em troca de simples papel. O sistema está descrito com detalhes em *O Desafio Americano* de Jean Jacques Servan-Schreiber, e levou na época à conhecida declaração de De Gaulle: "Nós os pagamos para que nos comprem". Quando De Gaulle começou a trocar os dólares da França por ouro, conforme aos acordos de Bretton Woods, os Estados Unidos constataram que tinham emitido muito mais dólares do que lastro em ouro que se tinham comprometido a manter, e denunciaram o acordo, no maior calote já visto no planeta.

Que moral tirar desta história? A primeira, é de que não há nenhuma razão moral que nos obrigue a respeitar a propriedade privada quando é financiada com recursos e poupança sociais. Em consequência, o problema da propriedade dos meios de produção tem de ser colocado fora da área do "direito natural" do capitalista, e na área pragmática de quem deve controlar os meios de produção para que a economia funcione melhor. Não é mais uma questão de direito, e sim uma questão de produtividade social.

¹ Folha de São Paulo, editorial de 6 de fevereiro de 2003; este novo mecanismo está detalhado no nosso artigo "*Altos Juros e Descapitalização da Economia*", disponível em <http://dowbor.org> sob "Artigos Online".

Quando se coloca o problema desta maneira prática, desaparecem as soluções simples, e torna-se necessário ver mais de perto como funciona a economia no seu conjunto, nas suas dimensões estruturais.

CONCENTRAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL

O investimento produtivo transforma-se, no esquema cíclico de reprodução do capital, em capital produtivo, sob forma de mão-de-obra e capital constante. A proporção dos dois elementos varia profundamente, no entanto, à medida que entramos na fase moderna da produção, seja nas economias capitalistas, seja nas economias socialistas.

Voltando ao nosso esquema de reprodução do capital, podemos estudar a composição técnica do capital produtivo segundo os seus principais componentes:

- T - Força de trabalho (também chamado de capital variável)
- C - Capital constante
 - Cc - Capital circulante
 - Cf - Capital fixo

A relação entre a quantidade de força de trabalho e a quantidade de capital constante, C/T , é chamada de composição orgânica do capital, conforme vimos no primeiro capítulo. O conceito permite distinguir, por exemplo, uma tecelagem do século XIX, onde o equipamento é pequeno e a mão-de-obra numerosa, de uma empresa moderna que monta carros com máquinas de comando numérico e computadores, onde a mão-de-obra tem uma contribuição relativamente mais limitada.

Para termos uma idéia das diferenças, os custos de mão-de-obra por unidade de produto podem representar 80% em alguns setores tradicionais, enquanto em setores avançados é comum esta proporção situar-se em torno de 15% ou menos.

Em princípio, produzir o mesmo bem e a custos unitários idênticos pode ser conseguido com muita mão-de-obra e poucas máquinas, ou o inverso. Assim, podemos chegar por exemplo ao mesmo valor de produção com duas composições diferentes de fatores de produção: com um gasto de 50 em mão-de-obra e 10 em capital constante, ou com um gasto de 50 em capital e 10 em mão-de-obra, com todas as possibilidades intermediárias de combinação de fatores.

Muito já se debateu sobre se o crescimento dos países menos desenvolvidos deve ser mais ou menos capital-intensivo. O essencial para nós é que a composição orgânica do capital tem uma tendência histórica clara para a elevação: utiliza-se cada vez mais capital fixo, relativamente à força de trabalho.

Esta tendência tem duas implicações fundamentais para a transformação do processo de acumulação do capital: pelo lado do financiamento, e pelo lado da comercialização. Veremos os dois problemas.

A elevação da composição orgânica do capital leva a custos globais de investimento cada vez mais elevados, ou, como se formula às vezes, a um desvio maior do processo produtivo, para se chegar a um maior volume de produção de bens de consumo. Na prática, isto significa que mais fatores de produção são desviados para produzir bens de produção, impondo maiores sacrifícios para a sociedade.

Este desvio maior significa, a nível das empresas, que somente grupos ou empresas cada vez mais ricos poderão enfrentar as novas tecnologias e os gigantescos investimentos necessários.

Em outros termos, a elevação da composição orgânica do capital (ou o crescimento capital-intensivo, em outra terminologia) leva a uma concentração do capital, na medida em que os pequenos são eliminados, absorvidos pelos grandes, dando lugar ao processo de monopolização do sistema capitalista. Assim, é o mais rico que pode melhor suportar os custos das sucessivas inovações, dos novos investimentos, e criar condições de enriquecer mais ainda.

Mas esse processo de concentração funciona particularmente no nível internacional. Tomemos por exemplo o caso dos 24 países ocidentais industrializados (Estados Unidos, Europa Ocidental, Japão, etc.). A sua população dispõe de uma renda per capita da ordem de 30 mil dólares por ano.

Com um sacrifício relativamente pequeno, já que tem amplamente asseguradas todas as suas necessidades básicas, esta sociedade pode dedicar um quarto da sua renda, 7.500 dólares por pessoa e por ano, ao aumento da sua capacidade de produção.

Enquanto isto, um trabalhador do Terceiro Mundo, com uma renda de mil dólares, terá de realizar um sacrifício imenso para economizar e investir 25% da sua renda, e estes 25% representam apenas 250 dólares.

Assim, enquanto num pólo investe-se com facilidade 7.500 dólares por pessoa e por ano, no país subdesenvolvido, que deveria justamente investir muito mais para cobrir a distância e restabelecer o equilíbrio do mundo capitalista, a capacidade de investir é 30 vezes menor.

O resultado deste processo é simples: quanto mais avança o capitalismo, maior o investimento exigido para modernizar a economia. Torna-se assim cada vez mais estreita a porta de quem tem recursos limitados, e tem que entrar no mercado já dominado por outros.

Assim, constatamos que a capacidade de investimento é tanto mais elevada quanto mais desenvolvido é o país, o que coloca problemas sérios de acumulação nos países pobres, enquanto os relativamente mais ricos avançam mais rapidamente.

O problema é absolutamente fundamental: a capacidade de financiamento é tanto menor quanto mais é necessária, enquanto as exigências financeiras aumentam rapidamente no quadro da tendência histórica de elevação da composição orgânica do capital. Isto explica em boa parte a polarização catastrófica que atinge o mundo.

A maior parte dos países subdesenvolvidos não consegue sequer financiar os parques industriais já instalados, que envolvem custos recorrentes em divisas muito elevados, contraindo dívidas a nível internacional que atingem hoje um nível difícil de sustentar. Cerca de dois terços das novas dívidas contraídas servem para pagar dívidas anteriores.

O impasse financeiro atingido manifesta-se nesta situação paradoxal: hoje os países pobres não só não recebem os fluxos de financiamento que deveriam receber para alcançar os países mais ricos, como financiam estes últimos.

A conclusão é evidente: o fenómeno do "imperialismo" é mais presente do que nunca, e é simplesmente inviável para os países em desenvolvimento romper o círculo vicioso da pobreza sem uma redefinição profunda da ordem económica internacional. Em termos morais, é absolutamente escandaloso um sistema em que os países pobres, que já carregam o ônus estrutural das épocas coloniais, são levados a financiar os países mais ricos do planeta.

Mas a elevação da composição orgânica do capital leva a um outro impasse, de mercado. Em termos do nosso esquema de reprodução, trata-se da transformação do produto (M') em dinheiro (D').

Consideremos uma empresa de terraplanagem. Se a empresa utiliza uma baixa composição de capital fixo, fazendo por exemplo o trabalho fundamentalmente com homens equipados de pás e picaretas, os custos serão proporcionais ao trabalho realizado. Quando há pouco trabalho a fazer, a empresa utiliza menos mão-de-obra, e corta proporcionalmente os seus custos. No caso, no entanto, da empresa utilizar uma máquina de terraplanagem sofisticada e, por exemplo, 5 empregados, o custo unitário do metro cúbico de terra deslocado dependerá diretamente da escala de trabalho:

1 metro cúbico	-	100.000 dólares	+	5 salários
10 " "	-	10.000 "	+	5 salários
100 " "	-	1.000 "	+	5 salários

Assim, se por exemplo a máquina representa um investimento fixo de 100.000 dólares, o empresário terá de obter a sua máxima utilização para redistribuir os custos fixos no maior número possível de unidades de produção. Ao reduzir o custo de produção pela escala mais elevada, pode vender mais barato, e conquistar assim faixas mais importantes de mercado pela melhor posição de concorrência. Isto por sua vez lhe permite produzir em maior escala, compensando investimentos mais sofisticados, e assim por diante.

O resultado é que, quanto mais evoluem os processos económicos, na sua complexidade técnica e no desvio de fatores de produção, maior é o interesse em obter amplos mercados e produzir em escala mais elevada. É um círculo vicioso, já que a tecnologia, com seus grandes investimentos, exige, e ao mesmo tempo torna possível, a produção em massa.

Em termos globais, a ampliação da "fronteira económica" que exige o aumento da produção em massa se choca com a miséria dos dois terços da população mundial. Não se pode querer que o Terceiro Mundo seja simultaneamente uma fonte de mão de obra barata - ou seja, mal paga - e um grande mercado.

Os dois processos, tanto a elevação dos custos de financiamento quanto a necessidade de mercados, levam à crescente concentração e internacionalização da produção, ao famoso processo de globalização.

GLOBALIZAÇÃO E DESEQUILÍBRIO DINÂMICO DO CAPITAL

Uma das principais razões de falta de clareza sobre o conceito de capital resulta da confusão entre as suas formas técnicas de existência (valor de uso), e as formas valor (valor de troca).

Se voltarmos ao nosso esquema de reprodução do capital, constatamos que podemos analisar as diversas formas de sua existência fazendo um corte vertical ao nível de capital produtivo M, obtendo então:

$$\begin{array}{ccc} & T & \\ M & & Cc \\ & C & \\ & & Cf \end{array}$$

ou seja: M = Capital produtivo

T = Capital trabalho

C = Capital constante

Cc = Capital circulante

Cf = Capital fixo

Estas são as diversas formas de existência do capital do ponto de vista da sua composição técnica, do seu valor de uso, que guardam características semelhantes qualquer que seja o modo de produção.

Mas o esquema de reprodução pode também ser analisado horizontalmente, nas diversas etapas do seu ciclo de reprodução, e acompanharemos então as diversas formas-valor do capital, em termos de valor de troca:

$$D - M \dots P \dots M' - D'$$

ou seja: D = Capital-dinheiro

M = Capital-produtivo

M' = Capital-mercadoria

De certa maneira, a primeira classificação interessa ao engenheiro, ao produtor que quer assegurar a coerência técnica do seu processo. A segunda, em termos de valor de troca, interessa ao capitalista, para quem as formas técnicas de existência do capital só têm importância na medida em que vão lhe render mais dinheiro.

O problema da globalização e do desequilíbrio dinâmico do capital parte do segundo processo, ou seja, das sucessivas formas de valorização do capital como valor de troca.

A internacionalização do capitalismo, como processo de acumulação, surge junto com o capitalismo, e não com o imperialismo nos fins do século XIX. O que se

modifica é a forma de internacionalização e, conseqüentemente, a função dos países hoje subdesenvolvidos no processo de acumulação do capitalismo.

Christian Palloix distingue três tipos de internacionalização do capital, segundo as etapas históricas: até o século XIX, predomina a internacionalização do capital-mercadoria (M'). No fim do século XIX, toma peso fundamental o capital financeiro (D), através de investimentos e empréstimos em dinheiro aos países subdesenvolvidos, visando a financiar infra-estruturas como estrada de ferro e intensificar a produção de matérias-primas. A partir da II Guerra Mundial, toma papel dominante a internacionalização do capital produtivo (M).

Assim, a fase atual de internacionalização do capital produtivo levou à extensão dos grandes grupos americanos e europeus, que criaram ramificações sob forma de empresas instaladas nos próprios países subdesenvolvidos, através das chamadas companhias transnacionais.

Constatamos assim ao mesmo tempo a diferenciação das etapas e a unidade do processo. Trata-se, atualmente, de internacionalização do capital, como anteriormente, se bem que sob uma forma diferente e com uma intensidade nova que permitiu falar, como o fez Samir Amin, em acumulação de capital em escala mundial.

É importante captarmos este processo no seu conjunto.

Dentro da distinção vista acima, entre as formas de valor de uso e de valor de troca do capital, o problema dos equilíbrios da reprodução do capital pode ser visto sob prismas diferentes.

Por um lado, exige determinados equilíbrios que são técnicos: é preciso que haja coerência entre o consumo de equipamentos exigido pela instalação de novas empresas e a produção destes equipamentos nas unidades existentes, entre o tipo de produto criado e o tipo de mercado existente e assim por diante.

Por outro lado, o capitalismo, como modo de produção, exige mais do que a coerência técnica do processo produtivo: exige uma dinâmica de equilíbrios sucessivos destinados a corrigir a contradição básica entre as suas necessidades de financiamento, e as necessidades de mercado.

Já vimos o processo básico de apropriação do capital pelo capitalista: a força de trabalho tem como característica própria de poder produzir mais valor do que as necessidades da sua reprodução. Frente a esta capacidade de criar valor, o capitalista tem a possibilidade, ao controlar os meios de produção, de pagar a mão de obra segundo o valor social de sua reprodução, e não segundo o valor produzido. Esta diferença, definida como mais-valia, constitui a base do lucro capitalista, e a forma privilegiada de apropriação do excedente no sistema capitalista, hoje fortemente complementada pelos mecanismos de apropriação da mais-valia social.

Esta forma de exploração já levou o operariado dos países desenvolvidos, no início do século, a um nível de miséria que ficava no limite da sobrevivência. No entanto, ao considerarmos hoje a União Européia ou a América do Norte, vemos que houve um progresso muito significativo na situação dos trabalhadores.

A partir da crise dos anos 30, e particularmente depois de 1945, o grupo dos países ocidentais industrializados, o chamado "Norte", passou a elevar os salários num ritmo próximo da elevação da produtividade do trabalho.

Não é essencial para nós aqui definir o peso que tiveram os diversos elementos que contribuíram para esta transformação, - as lutas sindicais, o peso das teorias de Keynes, o choque que representou a grande crise de 1929 - e sim o fato de o capitalismo do "Norte" ter encontrado com a redistribuição da renda aos operários uma dinâmica muito mais forte que antes, quando aplicava uma taxa muito elevada de exploração.

A razão da transformação situa-se na contradição elementar entre financiamento e comercialização.

O capital busca extrair o máximo de excedente, pagar o menos possível pela força de trabalho, para poder elevar a taxa de mais-valia e reforçar a formação do capital. Assim, ao aumentar a taxa de exploração, aumenta a sua capacidade de investir, por dispor de um excedente que pode ser transformado em aquisição de mais fatores de produção.

Esta mesma exploração, no entanto, ao manter a miséria, reduz o mercado disponível, ou o expande num ritmo insuficiente, dificultando o ciclo de reprodução do capital.

D	-	M	...	P	...	M'	-	D'
financiamento				comercialização				

O que ocorre é simples: ao explorar o trabalhador além de um certo limite, o capitalismo priva-se do seu mercado; ao elevar os salários além de um certo limite, o capitalismo reduz a sua capacidade de financiamento. De uma certa maneira, o capitalismo ou tem a capacidade de investir (salários baixos, lucros elevados), mas enfrenta a fraqueza dos mercados para escoar a produção, ou tem um amplo mercado (salários elevados, taxa de lucros mais moderada) sem ter a mesma capacidade de investir, porque grande parte do excedente é transformada em consumo extra pelo trabalhador.

O resultado é uma oscilação entre as fases de subfinanciamento e de subconsumo, dando origem à conjuntura complexa e instável que caracteriza o capitalismo.

O capitalismo é particularmente vulnerável a este processo por duas razões. Primeiro, porque o investidor capitalista tem como motivação principal a demanda do consumidor final. Se este se retrai, como acontece agora no Brasil com as esferas de consumo da classe média, é o conjunto do processo que entra em semi-estagnação: ninguém vai investir se não sabe qual é a perspectiva de comercialização, logo a indústria de bens de produção não recebe encomendas, a produção de matérias-primas estagna, os fluxos salariais se reduzem, reduzindo mais ainda a procura final e assim por diante, num ciclo bem descrito por Keynes e Kalecki.

Segundo, porque no sistema capitalista, conforme vimos, o "capital-dinheiro", ou o mercado financeiro que organiza o acesso aos fatores de produção e ao excedente em geral, goza de importante autonomia relativamente à base produtiva. Assim, os desequilíbrios criados pela "base estreita" de demanda podem ser fortemente ampliados pelos mecanismos especulativos ou simplesmente de defesa dos capitalistas, levando à desorganização do processo de acumulação: em termos práticos, o excedente, em vez de ser investido, é aplicado em movimentos especulativos.

Assim, o capitalismo tem necessidade ao mesmo tempo de uma "base ampla", do ponto de vista do consumo, e de uma sólida capacidade de financiamento, que implica uma taxa elevada de exploração e uma forte centralização do excedente em poucas mãos.

Esta contradição encontrou, no pós-guerra, uma solução que teve resultados radicalmente diferentes nos dois pólos do capitalismo, nos países do Norte por um lado, e no Terceiro Mundo por outro.

No caso dos países industrializados do Norte, não era mais possível produzir a massa elevada de produtos que a nova tecnologia permitia, sem elevar sistematicamente a capacidade de compra da população em geral. Com efeito, o trabalhador entra no ciclo de reprodução do capital não só como produtor, como também na fase de comercialização do produto, como consumidor.

O modelo de pós-guerra do capitalismo do Norte caracteriza-se por uma importante distribuição de renda aos próprios trabalhadores, abrindo um mercado vasto, atualmente da ordem de 800 milhões de pessoas, que permitiu o surto mais dinâmico de desenvolvimento econômico que o capitalismo já conheceu, os "trinta anos de ouro" do pós-guerra. Mas de onde viria simultaneamente esta possibilidade de pagar bons salários e manter alta a capacidade de investir?

Em parte, é claro, resulta da crescente produtividade das próprias economias do Norte. Mas em grande parte resulta das relações com o Terceiro Mundo, onde a mão-de-obra continuou a ser explorada num nível absolutamente brutal.

Em termos de reprodução do capital, houve assim uma divisão de funções, e uma diferenciação de dois modelos de acumulação capitalista: no Norte, a redistribuição; no Sul, a concentração da renda com todas as suas conseqüências.

Ao pagar melhores salários no Norte, esta indústria encontra um amplo mercado interno. Ao reforçar a exploração e a troca desigual no Terceiro Mundo, recupera a capacidade de investimento.

Encontramos assim a unidade do conjunto do processo, da formação simultânea do desenvolvimento e do subdesenvolvimento capitalistas.

A nível da própria economia subdesenvolvida, o capitalismo não explora somente o trabalhador (mais-valia). Conforme vimos, dispõe de um sistema de apropriação do excedente social que lhe permite explorar o agricultor ou as regiões menos desenvolvidas (preços relativos), além de explorar o conjunto da massa trabalhadora através de mecanismos de poupança posterior como a inflação, o imposto regressivo, taxas de juros extorsivas, etc. (mais-valia social).

Em outro nível, no entanto, este processo de desequilíbrio interno encontra a sua continuidade nos sistemas internacionais de apropriação do excedente, particularmente a deterioração dos termos de troca, a troca desigual, o comércio intra-empresarial das multinacionais, o serviço da dívida, etc., levando à transferência líquida de recursos dos países pobres para os países ricos.

O resultado é um duplo movimento de concentração da renda: a nível interno dos países subdesenvolvidos, mantendo a mão-de-obra e, conseqüentemente, o preço dos produtos do Sul em nível baixo; e a nível mundial, entre os países industrializados e o Terceiro Mundo.

A primeira polarização é muito bem espelhada nos dados do IBGE: os 10% de famílias mais ricas auferem cerca de 48% da renda do país, enquanto os 50% mais

pobres, 85 milhões de pessoas, auferem cerca de 12%. No caso brasileiro, têm uma situação muito particular o 1% de famílias mais ricas, com 16% da renda, mais do que a metade mais pobre do país. Estes dados nos colocam, junto com a África do Sul que sai de um regime de apartheid racial, no último lugar do planeta em termos de distribuição de renda e de justiça econômica e social.

Esta polarização tem sem dúvidas raízes antigas, nas próprias formas anteriores de acumulação mundial. Não se pode esquecer que o mundo hoje desenvolvido constituiu o seu capital inicial em grande parte através da simples rapina: a Europa ocidental nas suas colônias, o Japão na Coréia e na China, os Estados Unidos com a população negra escrava e as suas relações "privilegiadas" com a América Latina, no conjunto de processo que se chamou de "acumulação primitiva" do capital.

Com o tempo, esta diferenciação passou a dar-se por meio da deformação progressiva dos aparelhos de produção dos países pobres, levados a se adequar às necessidades em matérias-primas dos países do Norte, e a acumular de forma caótica segmentos de setores econômicos desarticulados internamente, ainda que complementares relativamente às economias dominantes.

Hoje, no entanto, a polarização atinge um ritmo anteriormente desconhecido, com a diferenciação em termos de formas distributiva (Norte) e não distributiva (Sul) de acumulação do capital. A diferença de renda per capita entre Norte e Sul, da ordem de 1 para 7 nos anos 1950, atinge hoje a relação de 1 para 30, ultrapassando as visões mais pessimistas elaboradas ainda nos anos 1970.

O resultado é que hoje, no Terceiro Mundo, cerca de 11 milhões de crianças morrem anualmente, de fome e de outras causas ridículas.

A situação não está melhorando. Uma simples leitura de um trecho de relatório do Banco Mundial de 1988, permite ter uma visão clara da tendência: "Nos países em desenvolvimento, a pobreza está aumentando. Entre 1970 e 1980, o número de pessoas que não se alimentavam adequadamente nestes países passou de 650 milhões para 730 milhões. Desde 1980, a situação piorou muito: os índices de crescimento econômico se desaceleraram, os salários reais caíram, e o crescimento do emprego recuou na maioria dos países em desenvolvimento. Os drásticos declínios dos preços das mercadorias prejudicaram as rendas rurais e os governos reduziram sua despesa real com serviços sociais... Segundo um estudo recente, o número de pessoas que vivem abaixo do nível de pobreza aumentou, pelo menos em 1983/84, no Brasil, Chile, Filipinas, Gana, Jamaica e Peru. O estudo mostrou também que os padrões de saúde, nutrição e educação infantil, que vinham melhorando, voltaram a piorar muito."

Dez anos mais tarde, a situação apresentada pelo presidente do Banco Mundial, J. Wolfensohn, é a seguinte: "Hoje, enquanto ficamos falando da crise financeira, em todo o mundo 1,3 bilhão de pessoas subsistem com menos de um dólar por dia; 3 bilhões vivem com menos de dois dólares por dia; 1,3 bilhão não tem água potável; 3 bilhões carecem de serviços de saneamento, e 2 bilhões não têm eletricidade".²

O preço humano que está sendo pago por esta forma de desenvolvimento do capitalismo ultrapassa o ritmo de extermínio das populações no tempo da II Guerra Mundial. As pessoas que acompanham esta realidade têm em geral a voz

² James D. Wolfensohn, *La otra crisis*, discurso ante a Junta dos Governadores do Grupo do Banco Mundial, 6 de outubro 1998.

cansada de gritar os seus protestos, e tanto o Banco Mundial como a FAO asseguram que há alimentos suficientes para todos: é só redistribuir com mais justiça o que existe.

Mas, em termos de acumulação do capital, o que está havendo é a constatação que este sacrifício não é um "sacrifício de ajuste", inevitável, e sim um sacrifício que leva a novos impasses.

O que acontece hoje é que a "nova fronteira" econômica que representaram os cerca de 200 milhões de domicílios dos países desenvolvidos, está estancando e entrando no ritmo de crescimento vegetativo, em função do crescimento da população e das inovações tecnológicas. A obsessão da compra do carro do ano e do eletrodoméstico já não é a mesma, e estas atividades já não constituem uma locomotiva suficiente para puxar o conjunto do sistema.

Paralelamente, o grau de exploração a que foi submetido o Terceiro Mundo é tal que na realidade apenas as minorias privilegiadas, as que asseguram a reprodução do sistema Norte-Sul, participam realmente do consumo. O que há de comum entre a procura dos pobres do Terceiro Mundo e as linhas de produção instaladas pelas multinacionais? Os 3 bilhões que sobrevivem com menos de 2 dólares por dia, não na vegam nem na internet nem nas novas ondas de consumo.

Não se pode subestimar a capacidade das multinacionais e das unidades nacionais vinculadas ao processo de adaptar amplas camadas da população a um tipo de consumo acima da sua faixa de renda. Hoje o processo tornou-se tão importante que a publicidade no Terceiro Mundo adquiriu função essencial no "consumo induzido" e no processo de reprodução do capital, junto com os sistemas de financiamento do consumo a longo prazo.

No entanto, a polarização crescente leva necessariamente ao divórcio dos dois modelos de acumulação que tinham, inicialmente, funções complementares: permitiam simultaneamente ao capitalismo desenvolver-se com ampla base de procura (no Norte) e manter elevada taxa de exploração (no Sul), recuperando a capacidade de investimento às custas do Terceiro Mundo.

O reverso da medalha é que, no momento em que a fronteira de procura dos próprios países ricos satura-se relativamente, os países pobres não têm como assegurar uma nova fronteira.

O capitalismo continua, mas com base cada vez mais estreita relativamente ao aparelho produtivo instalado. Nos anos de 1930, a exploração era nacional, e o capitalismo tinha os instrumentos de intervenção - o Estado - a nível da própria nação.

Hoje, os mecanismos de exploração internacional atingiram um grau de eficiência historicamente novo. Mas trata-se de uma eficiência do ponto de vista dos países dominantes, e ao tentar controlar os elementos de caos - veja-se os novos processos de especulação financeira em escala mundial permitidos pelas novas tecnologias e a globalização - encontramos-nos desprovidos de instrumentos de política econômica mundial em escala comparável com a própria força dos mecanismos econômicos internacionais privados.

E a eventual redistribuição da renda em escala mundial, que abriria ao capitalismo uma nova e gigantesca fronteira em termos de mercado, já não encontraria um "quarto mundo" para compensar a autolimitação inicial da taxa de exploração que a medida implicaria.

É compreensível, portanto, o entusiasmo com que foi recebida a nova fronteira que se abriu nos países ex-socialistas, por parte dos países mais ricos. Dotados de sólida infraestrutura econômica, de uma população com formação técnica e científica muito elevada, e de um nível de desenvolvimento bem mais próximo dos países ricos que dos países do Terceiro Mundo - os habitantes da Alemanha oriental tinham uma renda por habitante da ordem de 10.000 dólares, comparáveis com os 18.000 da Alemanha ocidental na época, enquanto no Brasil tínhamos cerca de 1.800 dólares.

Mas surge igualmente uma outra fronteira, a fronteira tecnológica: os ritmos de inovação nas áreas da eletrônica, da informática, das telecomunicações, da bio-engenharia, dos novos materiais e da energia estão se acelerando de forma prodigiosa, abrindo uma nova geração de investimentos e com isto uma nova fronteira dentro dos próprios países desenvolvidos. Estas tecnologias estão gradualmente abrindo um novo horizonte de expansão que poderá substituir a locomotiva hoje cansada do automóvel e do equipamento doméstico básico.

O problema, é que estas tecnologias cada vez mais "de ponta" estão cada vez mais longe dos países sub-desenvolvidos. O seu domínio passa por um imenso investimento no homem, à medida que o eixo econômico passa do desenvolvimento intensivo em capital para o desenvolvimento intensivo em conhecimento. No Brasil apenas 35% dos jovens cursam o secundário, comparando com 78% na Polónia, 85 % em Cuba, 96% no Japão, 99% nos Estados Unidos e na Rússia, sem falarmos da qualidade relativa dos cursos.

Por outro lado, os novos eixos tecnológicos estão levando a um desenvolvimento em que o gasto de mão de obra se torna relativamente limitado, comparado com os gastos em capital e em conhecimento. Em consequência, o diferencial de salário que uma empresa americana ou outra conseguiria ao se instalar em país sub-desenvolvido torna-se menos importante. Um balanço realizado pelas Nações Unidas conclui que "ao reduzir a importância do trabalho nos custos totais e ao reduzir os custos unitários de produção no país de origem, os avanços tecnológicos recentes tendem a tornar o investimento no exterior menos interessante".*

Coloca-se assim de maneira cada vez mais preocupante, neste início de milênio, o problema dos cerca de dois terços da humanidade que participam marginalmente do processo de modernização, e que se afundam num caos econômico cada vez mais profundo.

O CAPITAL GLOBAL: NOVAS TENDÊNCIAS

A formação e acumulação do capital estão no centro da estratégia do desenvolvimento de cada país. No quadro do sistema capitalista, o processo de acumulação desdobrou-se em dois sub-sistemas, um baseado na redistribuição da renda, nos países do Norte, e outro, concentrador, nos países subdesenvolvidos, com o conseqüente processo de polarização que hoje atinge nível crítico.³

O capitalismo desenvolvido evolui com grande rapidez. Formaram-se três "polos", com os Estados Unidos, Canadá e México constituindo um espaço unificado (NAFTA); a União Européia ampliando o seu espaço com os países do antigo Leste Europeu; e o Japão, articulado com os vizinhos para formar a chamada "zona de co-prosperidade" asiática.

Desponta, com surpreendente dinamismo, a China. Com 1,3 bilhão de habitantes (um habitante em cada cinco do planeta, é chinês), e uma economia que cresceu no ritmo próximo de 10% nos últimos 12 anos, o modelo chinês desafia classificações: continua bastante centralizado em termos políticos, extremamente descentralizado em termos econômicos e sociais, e essencialmente pragmático nas formas de gestão em geral. Particularmente importante é a sua opção de relacionamento externo, onde os acordos com o resto do mundo obedecem a uma dura negociação centrada nos interesses da própria China. As visões superficiais freqüentemente apresentadas tendem a atribuir a pujança da China à sua "abertura". Na realidade, como bem o nota Stiglitz, sabe se abrir no que é necessário, e manter o controle sobre o essencial. A China não se submete aos interesses externos, mas os adapta às suas necessidades.

No restante da Ásia, África e América Latina, compreendendo dois terços da população mundial, imperam as mazelas do "terceiro mundo". Imperam aí a fome, o analfabetismo, a exclusão digital, sociedades à procura dos seus próprios rumos, submetidas a forças globais tanto financeiras, como militares e midiáticas, que limitam drasticamente o seu espaço de opções. Com dois dólares por dia, ou menos, não se navega na internet. Esta exclusão tem dimensões humanas muito concretas. Em conversa informal, um grupo de jovens da Guiné Equatorial nos explicava: "Nós não temos nem as crenças e tradições dos nossos país, e nem os recursos para participar das coisas que vemos na televisão, deste outro mundo. Nós estamos fora...".

Como ficam as nossas ideologias, marxistas ou liberais? Há espaço para dois sistemas? Há um sistema "bom" e um sistema "mau"? Existe a chamada "terceira via"? Podemos falar simplesmente na vitória da proposta liberal, e no fim do socialismo? A nossa visão é de que estamos no fim das grandes simplificações históricas.

Ninguém pode hoje ignorar a imensa violência política e econômica sobre a qual está fundado o capitalismo "realmente existente", nem ignorar a imensa decepção que foi o socialismo sem democracia.

Os liberais que mostram com gesto triunfante as transformações que ocorrem nos países do leste, quando no Brasil 1% dos mais ricos consomem mais do que 85 milhões de pobres, precisam simplesmente recuperar o senso do ridículo. Ninguém mais do que nós precisa de "perestroika". A diferença, relativamente aos países ex-comunistas, é que ainda estamos nos tímidos primeiros passos.

³ Sobre este tema, ver o nosso *Formação do Terceiro Mundo*, Ed. Brasiliense, 15ª Edição revista

É interessante constatar o que os países capitalistas ricos se dotaram de aparelhos estatais extremamente poderosos, ainda que sempre ostentando um discurso privatizante:

Participação da despesa governamental no PNB ou no PIB (%)

Ano	França	Alemanha	Japão	Suécia	Inglaterra	EUA
1880	15	10	11	6	10	8
1929	19	31	19	8	24	10
1960	35	32	18	31	32	28
1985	52	47	33	65	48	37

Fonte: Banco Mundial - Relatório sobre o Des. Mundial 1988

Vemos aqui que o aumento do peso do Estado nestas economias constitui uma tendência histórica essencial do século XX. A tendência se reforçou nos últimos anos. O Banco Mundial, que voltou ao tema no seu relatório de 1997, constata que "Os gastos do Estado absorvem atualmente quase a metade da receita total nos países industrializados e cerca de um quarto nos em desenvolvimento. Mas esse mesmo aumento da influência do Estado fez também com que a ênfase passasse do aspecto quantitativo para o qualitativo, do mero tamanho do Estado e do alcance das suas intervenções para a sua eficácia no atendimento das necessidades dos cidadãos".⁴ Apesar de toda a ideologia da privatização e "desregulação". Na Suécia, exemplo de sociedade avançada, constatamos que o peso do Estado atinge os dois terços da economia. E que uma característica dos países pobres, é precisamente a fragilidade do Estado.

É tempo de enfrentarmos as nossas dificuldades com realismo. Frente à profundidade das transformações tecnológicas, à rapidez da mundialização da economia, e às ameaças globais que pesam crescentemente sobre o nosso meio ambiente, colocando inclusive em risco a nossa sobrevivência, não há como não sentir que os nossos instrumentos teóricos e as nossas ideologias estão atrasados.

Estamos assim passando, na área económica, das simplificações ideológicas ao pragmatismo da sobrevivência. Os grandes paradigmas, estatização com planejamento central, ou privatização com regulação espontânea pela "mão invisível", se apresentam como dramaticamente insuficientes, e exalam uma curiosa aura de século XIX.

Quem no mundo não está repensando tudo? O capitalismo real, bem como o socialismo real, estão na realidade bem longe da pureza dos modelos teóricos que os sustentam, e buscam mecanismos diversificados e complementares que lhes permitam enfrentar as novas complexidades económicas e sociais.

Nesta linha temos proposto que se estude de maneira sistemática a forma como se articulam os mecanismos básicos de regulação efetivamente aplicados nos diversos países, visando com isto responder à realidade diversificada e dinâmica que enfrentamos.

De forma mais ou menos declarada, e com ênfases diferentes, os diversos modelos económicos realmente existentes articulam planejamento central, planejamento empresarial, mecanismos de mercado, política macro-econômica, gestão

⁴ Banco Mundial, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1997, p. 2

participativa local, concertação internacional. São seis mecanismos de regulação que privilegiamos aqui, porque nos parecem ser os mais significativos, sendo que o essencial é que cada um tem utilidade diferenciada e complementar relativamente aos outros, com pesos diferenciados segundo o setor de atividade e os níveis de desenvolvimento.

Todos hoje constataam a necessidade do planejamento central, mas não como mecanismo universal. Os grandes eixos de infraestruturas, ligados à política energética, de telecomunicações, de transportes, de controle da água, por exemplo, implicam visão de conjunto, enormes investimentos, e têm de obedecer às necessidades de desenvolvimento equilibrado e de longo prazo de cada país, quando não de um conjunto de países. Esperar que a lógica sistêmica que estes setores exigem resulte espontaneamente dos mecanismos de mercado tem pouco sentido. Na própria área industrial, as grandes opções tecnológicas do Japão pela área eletrônica, por exemplo, ou da Suécia pela mecânica de precisão e química fina, resultam de decisões políticas dos governos, baseadas em projeções de longo prazo, e não há nenhuma desregulação à vista nesta área. A vocação econômica e as opções estratégicas de um país dependem vitalmente da capacidade de planejamento central.

Por outro lado, ocupa um espaço crescente o planejamento empresarial, que harmoniza as relações intra e inter-empresariais, permitindo que as inevitáveis complementariedades de um processo moderno de produção sejam organizadas de maneira flexível e pelos próprios interessados. No complexo sistema de interdependências de um processo produtivo moderno, as empresas ainda produzem em parte para o "mercado" anônimo, mas crescentemente encontram-se vinculadas entre si através de um sistema complexo de contratos de médio e longo prazo de fornecimento, de subcontratação, de cooperação tecnológica e outros, formando o que podemos hoje chamar de "mercado administrado" (managed market), tecido econômico interativo que pouco tem a ver com as concepções tradicionais do "caos" capitalista, e que Michael Gerlach chamou de "Capitalismo de Alianças". É a era das "redes interempresariais".

No caso do mercado, é preciso ultrapassar a atitude ideológica de ser a favor ou contra, e passar a entender o impacto diferenciado deste mecanismo de regulação em diversos setores e sub-setores, além de entender as suas funções relativamente a outros mecanismos de regulação. O mercado no sentido original hoje funciona em segmentos limitados da economia. Em geral permite a competição de pequenos produtores em torno a um segmento monopolizado, como é o caso por exemplo dos produtores de fumo frente à British American Tobacco (Souza Cruz), dos produtores de tomate frente à CICA e alguns produtores mais na região de São Paulo, dos sub-contratantes que gravitam em torno ao oligopólio automobilístico. Reproduz-se a competição entre os pequenos, e mantém-se o poder organizado das grandes empresas que funcionam na lógica do "managed market". Assim o mercado não desaparece sob o poder do monopólio, mas se desloca a bolsões, exigindo inclusive uma visão menos global e mais diferenciada da teoria dos monopólios.

É sumamente útil, hoje, analisarmos com frieza o que é realmente o "mercado" que conhecemos, partindo do "mercado" de mão de obra, do "mercado" de capitais etc., para redimensionarmos o papel deste mecanismo de regulação de forma realista.

Outro mecanismo de regulação que desponta como resultado das necessidades de se buscar os equilíbrios globais da economia é o que podemos chamar de política de renda, ou política macro-econômica, Englobamos aqui particularmente a política salarial, a política de preços, a política fiscal e orçamentária, a política de crédito, a política de previdência e a política cambial. Estes diversos mecanismos, para o manejo dos quais qualquer governo dispõe hoje de poderosos

instrumentos de intervenção, têm em comum o fato de agirem sobre o nível de remuneração dos fatores, segundo os diferentes grupos de agentes econômicos.

É uma política de renda definida que assegura, no Brasil, que fazer intermediação financeira seja muito mais remunerador do que por exemplo produzir feijão. Estes instrumentos têm hoje de ser avaliados de forma global, pois modificam globalmente as regras do jogo. Nenhum país deixa hoje estes equilíbrios macroeconômicos ao sabor do "mercado". Um dos principais dramas dos países mais pobres, como vimos, resulta do fato da política macro-econômica continuar sendo de âmbito nacional, enquanto o espaço das movimentações financeiras tornou-se global, escapando a qualquer controle, e gerando mecanismos especulativos que desestabilizam qualquer esforço organizado de desenvolvimento nas economias pobres.

Despontou igualmente como mecanismo fundamental de regulação das economias o que podemos chamar de gestão participativa, ou de democracia participativa. Constitui hoje claramente o mecanismo mais racional de regulação das principais atividades da área social, das infra-estruturas urbanas, da pequena e média produção, além de constituir um "lastro" indispensável para o equilíbrio do conjunto das atividades no nível macro-econômico. Trata-se do planejamento municipal, dos diversos sistemas de participação das comunidades nas decisões do espaço de vida do cidadão, da *negotiated economy*, economia negociada, dos países escandinavos. Curiosamente, a fraqueza deste mecanismo é comum nos países capitalistas sub-desenvolvidos. Os países desenvolvidos têm muito a nos ensinar sobre o peso da organização urbana, como forma de assegurar que as atividades econômicas e sociais respondam em última instância às nossas necessidades. Afinal, para que é que trabalhamos?

Os mecanismos participativos têm sido vistos tradicionalmente como operantes na área social. Hoje esta visão tende a se abrir para incluir o conjunto das áreas que têm impacto sobre o espaço de vida do cidadão. Temos que rever em particular, sob esta perspectiva, as atividades da pequena e média empresa, que desempenha um papel fundamental como contrapeso e complemento das atividades das grandes corporações. Não é à toa que nos países desenvolvidos cerca de metade dos recursos públicos se gastam através dos municípios e dos poderes locais de forma geral, enquanto nos países pobres o essencial dos gastos se realiza no nível dos governos centrais.

Um sexto conjunto de mecanismos engatinha: trata-se do sistema de concertação internacional. Há uns vinte anos Samir Amin publicou vários trabalhos sobre uma contradição maior deste fim de século: a economia se internacionalizou, enquanto os mecanismos de política econômica continuam sendo nacionais. As Nações Unidas têm o peso que tem a boa vontade, a OMC se tornou refém de alguns governos e dos interesses dos grupos econômicos transnacionais, o FMI transformou-se em simples instrumento de pressão sobre os países pobres, o Banco Mundial não consegue cortar o seu cordão umbilical com os Estados Unidos. O resultado é, por um lado, que o mundo vive em reuniões de presidentes, de ministros de finanças, de ministros da energia, de mecanismos "ad hoc" para responder a problemas que despontam e que exigem concertação internacional. As próprias Nações Unidas também se debruçam hoje sobre este problema de *international governance*, governança internacional, necessária para enfrentar os "mecanismos nacionais tradicionais e obsoletos de regulação". A realidade é que o mundo precisa constituir rapidamente algum tipo de governança planetária, sob pena de generalizar o caos.

Enquanto isto, o controle de fato dos processos internacionais fica nas mãos de algumas centenas de empresas transnacionais, que tiram todo o proveito possível

das diferenças económicas, jurídicas e políticas entre países. A verdade é que ninguém - e muito menos o mercado - controla o caos internacional que progressivamente se instala, e do qual a dívida externa, o comércio da droga, a produção e comercialização de armas, e a destruição do meio ambiente global constituem apenas alguns exemplos.

Estamos na era das transformações tecnológicas profundas, da "aldeia global", que outros chamam de "espaço-nave terra", para acentuar o nosso destino comum e interdependência. É a era dos processos económicos e sociais articulados, da diversificação e complexidade globais que exigem participação consciente e contribuição organizada de todos. Não são coisas que se resolvem com a "mão invisível" de Adam Smith, ou com um núcleo tecnocrático de planejamento, o "Gosplan" universal. Resolvem-se com a articulação dos diversos mecanismos de regulação, de acordo com a complexidade e dinâmica de transformação dos processos económicos moderno.

E não pode haver um sistema complexo de articulação dos mecanismos de regulação económica sem um processo que assegure os equilíbrios políticos correspondentes. Democracia não se resume a eleições a cada quatro anos. Estamos rapidamente evoluindo do sistema representativo, para o sistema mais complexo que envolve representação com participação permanente dos cidadãos na organização de todos os processos sociais.

A força da inovação tecnológica gera um tecido económico complexo e interativo, que exige ajustes quase permanentes entre os diversos subsistemas. Estes ajustes já não podem ser assegurados por um sistema único como o "plano". Estamos na era de mecanismos complexos e diferenciados de regulação, em que os consensos económicos não podem ser separados dos consensos políticos em permanente revisão.

Em outros termos, o próprio funcionamento das economias passa pelo "funcionamento" da política. A eficiência económica exige sistemas que respeitem os interesses relativos dos diversos grupos sociais que participam do processo. O que aparece neste início de milênio, é que temos de enfrentar a imensa tarefa de construir sociedades realmente democráticas, como condição prévia do funcionamento de economias modernas. No Brasil, trata-se ainda de um mero desejo, ainda que cheio de esperanças.

E essa democracia deverá assegurar muitas das conquistas do movimento socialista, na linha da justiça económica e social, e muito da eficiência dos interesses económicos. Necessitamos, indiscutivelmente, de novas articulações, que permitam assegurar o controle da sociedade sobre os processos económicos, de forma mas lexível e moderna.

INDICAÇÕES PARA LEITURA

O número de trabalhos que podem ser consultados, neste campo, é absolutamente imenso, tanto por se tratar de um problema central da ciência económica, como pelo número de posições, determinado em grande parte pelo fato de que todos buscam justificar o seu acesso ao capital, e montam a teoria económica correspondente.

Excelente leitura constituem, para já, os clássicos, e o leitor encontrará uma leitura simples e acessível na *Riqueza das Nações*, de Adam Smith, editada pela Hemus em 1981, com particular atenção para o livro II, intitulado "Da natureza, acumulação e emprego do Capital".

A leitura fundamental, ainda hoje, é a Seção VII do Livro I de *O Capital*, de Marx, chamada "A acumulação do capital", bem como a terceira Seção, "A produção de mais-valia". Marx caracteriza-se por um estilo direto e legível, ao contrário de alguns dos seus simplificadores.

Para as economias capitalistas desenvolvidas, constitui uma excelente leitura, se bem que mais árdua, o trabalho de John Maynard Keynes, *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, com numerosas edições. Trata-se de uma excelente leitura sobre, em particular, os desequilíbrios de investimento e poupança, essencial para entender a dinâmica do mercado de capitais e da política monetária hoje. É um aporte teórico fundamental.

O poder recente das empresas transnacionais é relativamente pouco conhecido entre nós, e um excelente livro, de leitura muito agradável, é *Quando as Corporações Regem o Mundo*, de David Korten, editora Futura.

Para os problemas do subdesenvolvimento, recomendamos o nosso *Formação do Terceiro Mundo*, da coleção "Tudo é História" da editora Brasiliense, que foca de maneira ampla como se gerou o subdesenvolvimento. Para a situação atual, uma excelente leitura é o *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano* das Nações Unidas, publicado anualmente, e disponível em <http://undp.org/hdro> Neste *Relatório*, o desenvolvimento é visto do ponto de vista da qualidade de vida, e não mais apenas do ponto de vista das taxas de crescimento do PIB.

Para o estudo da formação do capital no Brasil, nada melhor que as obras clássicas, particularmente a *Formação Económica do Brasil*, de Celso Furtado, e a *História Económica do Brasil* de Caio Prado Junior. Para quem quiser uma "rampa suave" para compreender as dinâmicas recentes, recomendamos o nosso *O Mosaico Partido: a economia além das equações*, editora Vozes.

Um texto simples, *Capitalismo: novas dinâmicas, outros conceitos* pode ser encontrado no nosso site <http://dowbor.org> ou <http://ppbr.com/ld> , com outras recomendações bibliográficas.

Não poderia deixar de mencionar aqui alguns títulos recentes que estão trazendo novas idéias para o debate sobre o capital: Jeremy Rifkin, *A era do acesso*; Robert Putnam, *Comunidade e Democracia*; Hazel Henderson, *Construindo um mundo onde todos ganham*, ed. Cultrix; Joseph Stiglitz, *A globalização e os seus malefícios*; J. K. Galbraith, *A Sociedade Justa*. São livros recentes, que trazem novas visões ao mesmo tempo do "capital" como da sociedade mais humanas que tentamos todos construir.

SOBRE O AUTOR

Ladislau Dowbor, de origem polonesa, emigrou para o Brasil no final da Segunda Guerra Mundial. Morou em São Paulo até 1964, quando viajou para a Suíça, formando-se em Economia Política pela Universidade de Lausanne, Suíça, na linha da escola neo-clássica. Voltando ao Brasil, participou da luta contra o regime militar, e foi exilado em 1970. Depois de dois anos de exílio na Argélia, foi para a Polônia, onde fez o mestrado e o doutorado em Ciências Econômicas, na Escola Central de Planejamento e Estatística, na linha de Oskar Lange e Michal Kalecki. Com a "Revolução dos Cravos" de Portugal, passou a lecionar economia do desenvolvimento e economia financeira na Universidade de Coimbra. Em 1977, a recém-independente Guiné-Bissau o convidou para ajudar a estruturar o sistema de planejamento do país, com o ministro Vasco Cabral. Trabalhou 7 anos na África, coordenando projetos das Nações Unidas e realizando consultorias para o Secretariado Geral da ONU. Anistiado, voltou ao Brasil em 1981, realizando consultorias para diversas agências das Nações Unidas, em diversos países. É professor titular de pós-graduação em economia e administração da PUC de São Paulo e da Umesp, prestando ainda assessoria a diversos governos estaduais e municipais na área de organização de sistemas de planejamento participativo.

É autor de numerosos livros, como *Formação do Terceiro Mundo* e *O que é Poder Local* pela Brasiliense; *O Mosaico Partido* e *Tecnologias do Conhecimento*, pela Editora Vozes, além de *O que Acontece com o Trabalho* pela Editora Senac. Os seus trabalhos estão disponíveis no site <http://dowbor.org> ; e-mail: ldowbor seguido de arroba e uol ponto com ponto br (desculpem a criptografia, nos sites escrever o e-mail completo atrai nuvens de spam).